

# PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

FGV

CVocs

NÚMERO 68  
OUTUBRO 2012



**REFORMA POLÍTICA:** entenda as propostas que estão em jogo  
**CIDADÃO DE OLHO:** saiba como fiscalizar os candidatos eleitos  
**ROBERTO DAMATTA:** tecnologia em prol da democracia

# POLÍTICA FORA DA CAIXA

Movimentos acenam para formas mais arejadas de gestão da vida pública

## Para além da urna

A política não se encerra nos ritos oficiais das eleições diretas – conquista fundamental da democracia brasileira. Para além da urna de votação há um movimento difuso e aparentemente invisível, mas que se dá de forma bastante real na conformação da sociedade contemporânea, e merece ser objeto de estudos aprofundados.

Nesta modesta contribuição de PÁGINA22, identificamos manifestações culturais e de comportamento que transcendem o arcabouço institucional e revelam outras formas de fazer política, ou seja, de lidar com a “coisa” pública.

O antropólogo Roberto DaMatta, em entrevista nesta edição, chama atenção para a sociedade em rede, apoiada muito menos em uma fórmula única, mágica e personalista do “eleito”, e muito mais na percepção de que as saídas estão no trabalho conjunto, compartilhado e árduo. “Acabou a utopia”, diz. Trata-se de um avanço e tanto para uma democracia que no País é tão jovem, considerando-se a linha da História.

A tecnologia digital – que permite conectar indivíduos, tecer redes, difundir a mensagem sem atravessadores ou hierarquias e ainda monitorar de perto o trabalho do candidato eleito – contribui para promover uma liberdade de expressão sem precedentes e uma mudança no fazer política cuja dimensão talvez nem tenhamos nos dado conta.

Como mostra a reportagem de capa, há no pano de fundo uma transformação no eixo de poder. Quem dita as regras? Quem governa? Quem lança tendências?

Quando vozes que até então não eram ouvidas dizem: “Agora é o oprimido falando do opressor”, isso é política na veia.

Boa leitura!

**16 ENTREVISTA** O antropólogo Roberto DaMatta vem nos lembrar dos avanços que a jovem democracia brasileira registra na História recente. E a tecnologia tem muito a ver com isso

**22 CAPA** Movimentos da sociedade ensaiam formas dinâmicas de fazer política, provocar, gerir e se organizar. Como pano de fundo estão mudanças no eixo de poder entre centro e periferia

**30 RETRATO** Longe do centro do mundo, mas no ponto mais ocidental do continente, o Senegal revela a África possível que mora em suas crianças

**36 REFORMA POLÍTICA** A velha casa que opera o sistema tradicional exige um *retrofit* urgente. Saiba que propostas estão na mesa e por quais caminhos é possível (ou não) avançar

**44 MONITORAMENTO** Um crescente número de fóruns, organizações e voluntários, aliado a ferramentas tecnológicas, amplia a fiscalização sobre os políticos e contribui para fortalecer a democracia

## Seções



CAPA Ilustração: Sírio Braz

- 06 Notas
- 09 Estalo
- 10 Web
- 11 Página Cultural
- 12 Economia Verde
- 21 Radar
- 43 Opinião
- 49 Coluna
- 50 Última



# PÁGINA 22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury

**FGV**  
GVces  
Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP

COORDENADOR Mario Monzoni  
COORDENADOR ACADÊMICO Renato J. Orsato  
JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini

EDITORA Amália Safatle  
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS Leticia Freire  
REPÓRTER Thais Herrero  
EDIÇÃO DE ARTE Vendo Editorial  
Dora Dias (edição)  
www.vendoeditorial.com.br  
ILUSTRAÇÕES Sírio Braz (seções)  
REVISOR José Genulino Moura Ribeiro  
COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo  
COLABORARAM NESTA EDIÇÃO  
Alexandra Reschke, Ana Cristina d'Angelo, Eduardo Shor, Fabio Storino, Flavia Pardini, Gisele Neuls, José Alberto Gonçalves Pereira (edição e textos), Magali Cabral

ENSAIO FOTOGRÁFICO  
Jorge Novais  
JORNALISTA RESPONSÁVEL  
Amália Safatle (MTb 22.790)

---

**ANUNCIE**

COMERCIAL E PUBLICIDADE  
(11) 3284-0754  
comercial@pagina22.com.br

REPRESENTANTE EM BRASÍLIA  
Marketing 10 – José Hevaldo  
jh@marketing10.com.br  
(61) 3326-0110 / 3964-2110 / 9229-0727

---

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO  
Rua Itararé, 123 - CEP 01308-030 - São Paulo - SP  
(11) 3284-0754 / leitor@pagina22.com.br  
www.fgv.br/ces/pagina22

CONSELHO EDITORIAL  
Aerton Paiva, Alexandra Reschke, Ana Carla Fonseca Reis, Aron Belinky, Eduardo Rombauer, José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi, Ricardo Guimarães, Roberto S. Waack

IMPRESSÃO Vox Editora Ltda.

DISTRIBUIÇÃO Door to Door Logística e Distribuição  
TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.000 exemplares  
Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por colaboradores expressam a visão de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista de PÁGINA22 e do GVces.

---

**APOIO**

**ID** Instituto Democracia e Sustentabilidade

---

**MISTO**  
Papel produzido a partir de fontes responsáveis  
FSC® C044008

A REVISTA PÁGINA22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE REFLORESTAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC DE ACORDO COM RIGOROSOS PADRÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS, ECONÔMICOS E OUTRAS FONTES CONTROLADAS.

**creative commons**  
PÁGINA22, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL, ADERIU À LICENÇA CREATIVE COMMONS. ASSIM, É LIVRE A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO – EXCETO IMAGENS – DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.

## Caixa de entrada

Comentários de leitores recebidos por email, redes sociais e no site de PÁGINA22

### INBOX

#### [Revertendo o ciclo – edição 66]

Gestor(es) como esses podem transformar nossa nação. Sou militante em rede, inclusive da Amarrinho. Estou orgulhoso com seu exemplo e sonhando em implantar essa realeza em minha sucateada Buerarema, na Bahia. **Edmir Oliveira**

#### [Na esquina da rua onde eu morava...

edição 66] Excelente crônica. Pelo jeito os negócios, a cara e a

identidade da esquina vão mudando, mas a nostalgia continua a mesma. Parabéns! **Rodrigo Mansur**

### OUTBOX

Em carta a PÁGINA22, Volf Steinbaum, responsável pela condução do Programa de Mudanças Climáticas da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo, contesta a matéria “Cidades de papel?”, da edição 66, levantando pontos que gostaria de ter passado ao repórter.

Leia a carta na íntegra em nosso site, pelo link [bit.ly/SRDQsP](http://bit.ly/SRDQsP).

### ERRATAS

Na reportagem “Redesenho possível”, da edição 67, o nome correto do grupo criado no estado de São Paulo para alinhar as questões de transporte é Comitê Diretor de Transporte Integrado, de sigla CDTI.

No quadro dessa reportagem, afirmamos que, em Porto

Alegre, 50% da população usa o transporte público para os principais deslocamentos. Mas, diferentemente do que informamos, esse não é o maior índice do País, pois na cidade de São Paulo o número chega a 55%.

Na nota “Sesc novo em folha”, informamos que a nova unidade foi “reformada”, mas na verdade ela foi construída, já que a antiga estava em outro local da cidade.



[PAVAN SUKHDEV]

## Economista lança **Corporation 2020**

**A**pós coordenar dois trabalhos de grande fôlego – sobre a economia da biodiversidade e a transição rumo à economia verde –, o economista indiano Pavan Sukhdev mergulhou no universo corporativo no ano passado durante suas atividades no Dorothy S. McCluskey Visiting Fellowship, da Universidade Yale, nos Estados Unidos. Foi o gancho para ele combinar suas tarefas de consultor em sustentabilidade com a de líder de um movimento que concebeu para influenciar as empresas a mudarem radicalmente seu modelo de negócios, chamado Corporation 2020 ([corp2020.com](http://corp2020.com)). Como fruto direto de seu envolvimento com Yale e do movimento recém-iniciado, o economista indiano lançou no final de setembro o livro *Corporation 2020: transforming business for tomorrow's world*, pela Island Press, editora localizada em Washington D.C. (disponível para venda nos sites da Amazon, Barnes & Noble e Powell's Books).

“*Corporation 2020* apresenta as mudanças mais urgentes que necessitamos no nível corporativo durante esta década, se quisermos evitar a devastação do planeta e iniciar a transição para uma economia verde”, diz Sukhdev. O coração do livro são os capítulos

4 a 8, em que o autor discorre sobre o que considera serem os quatro vetores de transformação das empresas.

No novo modelo empresarial, as companhias devem mensurar e tornar públicos seus impactos socioambientais negativos. O segundo vetor é a taxaçoão do uso de recursos naturais não renováveis como petróleo e derivados, carvão e outros minerais. É o caminho para afastar o mercado do crescimento intensivo em recursos naturais.

Outro elemento fundamental da transição é a introdução de limites para o endividamento de empresas, cruciais, segundo Sukhdev, para prevenir crises econômicas globais, que vêm se tornando mais frequentes desde os anos 1990. Finalmente, o quarto vetor trata da publicidade ética e responsável como aspecto indispensável do novo modelo corporativo (*leia entrevista com Sukhdev na edição 55*). **POR JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA**



[MEMÓRIA]

### LIBERDADE CONQUISTADA

**N**em sempre a democracia esteve presente na América Latina. Em dado momento da história, diversos países do continente provaram governos autoritários, militares ou não. Pensando em resgatar a trajetória de lutas e conquistas em nome da liberdade dos direitos civis e individuais,

a Coalizão Internacional dos Sítios de Memória e Consciência, integrante da Rede Latino-Americana, montou uma mostra virtual de fotografias que aborda, por meio das imagens, momentos particularmente relevantes da História de países como Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai.

A seleção de imagens narra exatamente

a transição dos governos autoritários para as democracias, revelando as rupturas sociais e políticas dessas nações durante esses períodos. A seleção das fotografias para a galeria brasileira ficou a cargo do Núcleo de Preservação da Memória Política, de São Paulo. **As imagens**, segundo nota da instituição, “revelam a importância de conhecer o passado para que violações aos



ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO VIA GALERIA FLICOR-PROJETOTRANSIÇÕES.

Exército Brasileiro assume o poder no dia 1º de abril de 1964, com o golpe de Estado que derrubou o presidente constitucionalmente eleito João Goulart



Cada garrafa tem uma história.

Aqui no Amazonas sonhos são vividos. E espalhados.

### Izolena Garrido

Depois de estudar em Manaus e voltar para o interior, veio a certeza. Tumbirá é o seu lugar. Não só seu, mas como também será de seus alunos. Izolena é aquela professora-exemplo que mostra a todos que é possível sim construir uma vida digna na sua região. É também uma motivadora de projetos de empreendedorismo, que está trazendo fonte de renda para mulheres locais por meio de suas próprias habilidades manuais, como costura, artesanato e gastronomia. Uma sonhadora que concretiza projetos. Assim como a Coca-Cola Brasil, que apoia o Programa Bolsa Floresta, beneficiando cerca de 8.100 famílias ribeirinhas, em um total de 35,6 mil pessoas. Números que demonstram o nosso compromisso, que não por acaso é o mesmo de Izolena: o desenvolvimento do Amazonas.



Coca-Cola Brasil, Patrocinadora dos Festivais de Parintins, Cinema, Ópera, Jazz, FARM e mantenedora da FAS.

Conheça algumas histórias que você ajudou a transformar em [vivopositivamente.com.br](http://vivopositivamente.com.br)

direitos humanos, como as praticadas no período ditatorial, nunca mais se repitam”. A mostra virtual pode ser acessada em [bit.ly/TTpBaP](http://bit.ly/TTpBaP) (em português) ou [bit.ly/pBBP1G](http://bit.ly/pBBP1G) (espanhol). **POR LETICIA FREIRE**

## DESENVOLVIMENTO LOCAL

### A RESPONSABILIDADE POR TRÁS DOS GRANDES EMPREENDIMENTOS

Os desafios e as oportunidades de um grande empreendimento no

desenvolvimento da localidade em que estão inseridos serão o foco do projeto “Desenvolvimento Local & Grandes Empreendimentos” do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (GVces), que será lançado em outubro.

O primeiro ciclo – que se inicia em 2012 e vai até 2013 – terá como foco o combate à exploração sexual de crianças e de adolescentes. Em parceria com a organização Childhood Brasil, o projeto propõe reflexão,

debate e troca de experiências entre empresas de grande porte envolvidas com megaempreendimentos.

O GVces, junto às empresas, deverá criar uma metodologia para diagnóstico e monitoramento da situação de crianças e adolescentes em locais de grandes empreendimentos e um conjunto de diretrizes para as empresas seguirem.

**MAIS SOBRE O LANÇAMENTO DO PROJETO NO BLOG DA REDAÇÃO, EM FGV.BR/CES/PAGINA22**

Uma nova ideia por mês

## Academia **expandida** | Universidade livre e itinerante é a nova proposta para a descentralização do conhecimento e a democratização da informação **POR LETICIA FREIRE**

Uma universidade onde o estudo da música, artes integradas, produção cultural, ciências sociais e política transcende o espaço físico das salas de aula já é realidade. Batizada de Universidade Fora do Eixo (UnifDE), a nova academia busca revolucionar o discurso da produção cultural brasileira, apostando na criação de tecnologias sociais por meio da troca de experiências e do compartilhamento livre de conhecimento. “Qualquer ideia por aqui sai desse ponto”, reforça Carol Tokuyo, reitora da UnifDE.

A experiência pedagógica foi formalizada em 2010 e é o recente filhote do Circuito Fora do Eixo, um dos mais ativos coletivos de produtores da cena independente nacional. Desde 2005, quando o Circuito foi criado, a rede colaborativa cresceu para aproximadamente 200 pontos ao redor do País e está presente em 25 das 27 unidades federativas.

Pautando-se, sobretudo, no contato direto com produtores locais e/ou regionais, iniciativas colaborativas fizeram com que os festivais independentes se proliferassem em toda parte. A reflexão sobre o esforço de produção e realização desses festivais fez com que a turma começasse a pensar “fora da caixa”, inclusive no que se refere à grade curricular formal. “Trabalhamos com um público jovem, que sempre criticou muito o afastamento da academia da vida real. Nas atividades que nossa rede propõe ao redor do Brasil, o aprendizado é vivo, é orgânico, e isso é muito mais atraente, interativo e rico

na formação de um profissional e de um ser humano”, enfatiza a reitora.

### SISTEMATIZAR O SABER

Tanto tempo de estrada – de festival em festival – levou à conclusão de que havia em cada parada, evento ou encontro uma metodologia de trabalho muito própria, em que as redes ligadas ao Circuito Fora do Eixo tinham um papel fundamental. “Desde 2007 começamos a ter consciência da tarefa de olhar com atenção para o nosso próprio aprendizado, em um esforço de gerar a troca de saberes”, relata Carol Tokuyo. “A UnifDE surge então a partir da necessidade de organização e sistematização desse conhecimento e experiência”, esclarece.

Na prática, o conjunto de atividades curriculares possíveis está associado a um festival de música, mas não se limita ou restringe a ele, como lembra a reitora. “Grande parte das atividades da Universidade acontece sim nos Festivais, porém também temos os campi permanentes de formação”.

É no pensar, organizar e realizar uma ideia cultural que a UnifDE abre suas atividades em formato de debates, observatórios, painéis, oficinas integradas, intercâmbio etc. “O mote é a música, mas com ela vem todo um universo de criação que cede espaço para todas as tribos da arte.”

O campus temporário é outra característica da UnifDE. Conforme se cumpre o cronograma de festivais estipulados para o ano letivo, abrem-se vagas

para interessados em apoiar e/ou participar das atividades regionais. Como o curso é livre, qualquer pessoa pode procurar as atividades curriculares nos sites dos eventos e definir sua própria programação. “Ele acontece em diferentes partes do País ao longo do ano letivo, promovendo sinergia entre boa música e artes integradas”, pontua Carol Tokuyo, que faz parte do time fora do eixo desde 2007.

### RECONHECIMENTO LÁ FORA

A prática de sistematização e troca de conhecimento foi reconhecida recentemente pelo governo de Cabo Verde.

Mário Lúcio, Ministro da Cultura do país africano, esteve recentemente no Brasil para celebrar os dez anos da Feira da Música de Fortaleza – criação da Rede Ceará de Música (RedeCem) – coletivo cearense integrado ao Circuito Fora do Eixo – e o lançamento do campus na região. A vinda (e carta) da autoridade trouxe holofotes para a importância das ações socioculturais promovidas no âmbito da UnifDE.

Em nota que circulou via rede social, a UnifDE afirmou que o reconhecimento do governo de Cabo Verde “é uma grande vitória na disputa pela descentralização e democratização do conhecimento, do compartilhamento livre de informações, da valorização das experiências empíricas e culturais como processos formativos fundamentais e efetivos, capazes de transformar e multiplicar as narrativas de mundo existentes”. **zzz**

## OLHA ISSO!

### PEQUENOS DELITOS

Nos encontros dos praticantes de *locksport*, a atividade recreativa de destravar fechaduras, os modelos mais comuns (de pinos móveis em um cilindro) são frequentemente destravados em menos de 10 segundos. Presentes ao menos desde o Antigo Egito, travas são hoje ubíquas e fazem parte de um contrato social baseado, de certo modo, na desconfiança mútua. Mas, diante da falibilidade das nossas fechaduras, quem, afinal, estamos querendo barrar com elas? Na verdade, as pessoas predominantemente honestas.

Não se está falando aqui (necessariamente) de evitar que vizinhos roubem vizinhos. A existência de uma fechadura impede com maior frequência situações mais ordinárias: “Poxa, estou sem açúcar para terminar meu bolo. Acho que darei um pulinho no João, que não está em casa, e pegar um pouco emprestado. Logo mais eu reponho, ele nem vai perceber!” O economista Dan Ariely, autor de diversos estudos que enterraram de vez a ideia de um agente econômico plenamente racional (o *Homo economicus* dos livros-texto de Microeconomia), há tempos se dedica a entender por que trapaceamos. Em *A Mais Pura Verdade sobre a Desonestidade*, Ariely relativiza o modo binário como classificamos as pessoas, entre “honestas” e “desonestas”. Em tempos de julgamento do mensalão pelo Supremo, uma visão menos maniqueísta sobre o assunto é oportunamente provocadora.

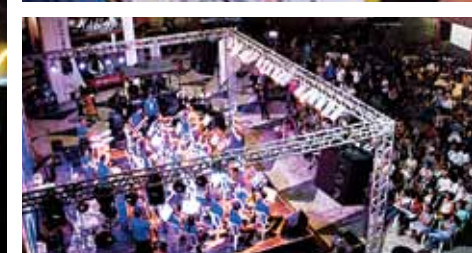
Com exceção de uma minoria profundamente honesta e outra profundamente desonesta, a grande maioria das pessoas trapaceia – mas apenas um pouquinho. Em um experimento conduzido pela equipe de Ariely, pessoas eram pagas caso completassem uma tarefa de maneira bem-sucedida. Ao se eliminar o risco de serem pegas – uma fragmentadora destruía as “provas do crime” –, o nível autodeclarado de sucesso aumentava (*assista a seu TEDtalk em [goo.gl/2iHZx](http://goo.gl/2iHZx)*). Até aí, nenhuma surpresa.

O modelo racional prevê que as pessoas pesam os benefícios da trapaça contra seus custos/riscos. Dados os custos, quanto maiores os benefícios, mais as pessoas trapaceariam, portanto. Mas não foi o que Ariely encontrou: ao multiplicar por 20 o valor pago no experimento acima, menos pessoas declararam ter completado a tarefa com sucesso. Trapacear por mais parece impor um custo maior à nossa consciência. Por outro lado, quando um ator presente na mesma sala trapaceava descaradamente, os demais membros daquele grupo reportavam o dobro de sucesso do que o grupo de controle. Ao que parece, a desonestidade é contagiosa (*ver estudo em [goo.gl/x2wBm](http://goo.gl/x2wBm)*).

Estudo publicado na *Proceedings of the National Academy of Sciences* ([goo.gl/xNiyA](http://goo.gl/xNiyA)) concluiu que pessoas mais afluentes são mais propensas a trapacear. Numa observação no mundo real, motoristas de carros mais baratos violaram 8% de uma determinada norma de tráfego, enquanto os de carros mais luxuosos, 30%. Já em laboratório, após uma rodada de jogo de dados (na qual os mais ricos também trapacearam mais), foram casualmente oferecidas aos participantes balas que seriam destinadas a crianças em um experimento ao lado. Sim, você adivinhou corretamente: pessoas de maior *status* socioeconômico tiraram mais doces da boca das crianças.

Nada de novo sob o sol: se a ganância corrompe, a decência nos compele a não destravar a fechadura do vizinho. Mas não seria possível vivermos em um mundo sem travas?

POR FABIO F. STORINO\*



POR THAÍS HERRERO

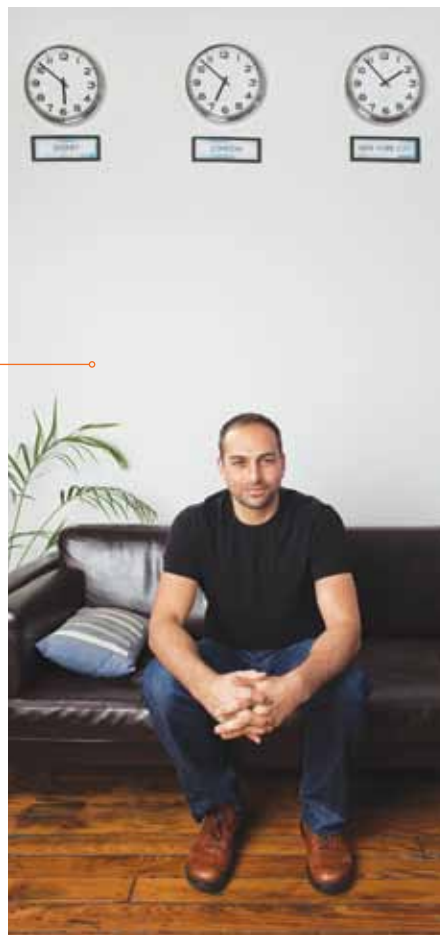
PRATA DA CASA

# Conexão e ação

Na página principal do site da Avaaz você encontrará pelo menos 13 campanhas e petições públicas que pode apoiar e assinar. A organização é hoje a mais influente plataforma de ativismo na internet. São 16 milhões de membros e 94 mil ações desde sua criação em janeiro de 2007. Atualmente, cada campanha obtém regularmente um milhão de adesões.

Para **Ricken Patel, diretor-executivo da Avaaz**, a internet é apenas uma ferramenta que ajuda na mobilização, permitindo que o ativismo seja mais ágil e disseminado. “Também é uma forma de fazer um ativismo mais responsável, porque permite que uma gama mais ampla da sociedade conheça as propostas e se engaje.”

Em entrevista a PÁGINA22, ele comenta sobre a campanha para a aprovação da Lei Ficha Limpa, em 2010, apoiada por mais de 1,3 milhão de pessoas. A Avaaz recebeu críticas por se dizer responsável pela aprovação da lei no Brasil e não mencionar o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) no seu site. Patel, entretanto, não nega a ação do movimento. “Não há dúvida de que a ação liderada pelo MCCE foi fundamental da aprovação da lei, mas a Avaaz teve um papel fundamental na condução da mobilização on-line. Só em nosso site, cerca de 800 mil pessoas aderiram à campanha e dezenas de milhares de chamadas telefônicas foram feitas para o Congresso Nacional”, diz. Leia na íntegra no site de PÁGINA22.



NOTÍCIAS DO CONGRESSO

Uma dica para quem quer acompanhar o dia a dia da política nacional é o site Congresso em Foco.

Hospedado no UOL, no endereço [congressoemfoco.uol.com.br](http://congressoemfoco.uol.com.br), cobre o Congresso Nacional e os principais fatos políticos da capital federal. Com o lema “jornalismo para mudar” o trabalho já angariou prêmios importantes, como o Esso e o Troféu Tim Lopes do Prêmio Embratel.

DEMOCRACIA CIDADÃ

O cidadão Celso Sekiguchi fez uma proposta para cidades brasileiras: espaços de aprendizagem e educação em redes colaborativas. Sua ideia é extrapolar o ensino para espaços públicos e privados onde as pessoas se reúnem, de modo que o aprendizado gere mobilização e conscientização.

Ele divulgou a sugestão no site [CidadeDemocratica.org.br](http://CidadeDemocratica.org.br), uma plataforma de participação política, em que cidadãos e entidades se comunicam e trocam ideias e até denúncias. Assim, é possível conseguir apoio para que as boas intenções saiam da esfera virtual e ganhem ação na realidade.



ARNOLDO RIVER

VALE O CLICK EM SÃO PAULO

DIÁRIO DA CIDADE

Você sabe o que está acontecendo perto da sua casa? O *Complicitat* tem como objetivo promover maior comunicação entre os moradores de um mesmo bairro e, por isso, mais cidadania. No site [complicitat.com.br](http://complicitat.com.br) ou no Facebook [facebook.com/complicitat](http://facebook.com/complicitat), você compartilha informações, notícias e eventos. Vale dar notícias do trânsito, deixar recados com dicas ou do que a prefeitura está fazendo na região.

HISTÓRICO DE VOTOS

É bom lembrar do passado político de nossas cidades (principalmente) em tempos de eleições. Por isso, o Centro de Estudos da Metrópole organizou um mapa que mostra onde estavam os votos para prefeito e de todos os vereadores eleitos em 2008. Já estão disponíveis os mapas das eleições municipais de 2000 e 2004. Acesse em [centrodametropole.org.br](http://centrodametropole.org.br)

HONRA AO MÉRITO

As árvores que resistem em meio a uma cidade tão urbanizada como São Paulo são mesmo vitoriosas. Para protegê-las e homenageá-las, a SOS Mata Atlântica lançou a campanha “Veteranas de Guerra”. As 20 árvores mais antigas da capital ganharam “medalhas” no site e placas de bronze em seus arredores. Ao cidadão cabe agora acompanhar as árvores, adotando-as no site [veteranasdeguerra.org](http://veteranasdeguerra.org) e denunciar agressões.



SOS

POR ANA CRISTINA D'ANGELO (ANA@PAGINA22.COM.BR)

# A lente da periferia

Com uma câmera na mão, crianças da periferia registram a vida de uma grande cidade, brincando com potenciais perigos urbanos. A trama gira em torno das descobertas da personagem Bárbara diante das imagens inquietas das crianças e de personagens-fantasmas que espreitam o movimento das esquinas. Mas a verdadeira protagonista é a própria cidade de São Paulo, que abriga sonhos, segredos e medos daqueles para quem a rua é um lar.

O longa *Ponto Org*, dirigido por Patrícia Moran, estreou no final de setembro nas salas comerciais de São Paulo e Rio de Janeiro. O filme teve sua primeira exibição no Festival de Gramado de 2010, onde dividiu o prêmio de Melhor Trilha Sonora com *Bróder*.

*Ponto Org* conta a história de dois roteiristas, Diamantino (interpretado pelo rapper Renegado) e Bárbara (vivida por Erika Altemyer), que decidem ajudar três garotos de periferia, Agnaldinho, Sarney e Bigode, a registrar a vida de moradores de rua de São Paulo. Dona Izilda, interpretada pela atriz mineira Teuda Bara, é a principal personagem do filme que será realizado pelo trio de meninos. Patrícia Moran iniciou sua carreira em Minas Gerais na década de 80, produzindo curtas-metragens e vídeo clipes. Dirigiu os documentários *Clandestinos*, selecionado para a Mostra Panorama do Berlinale, do Festival Internacional de Cinema de Berlim, e *Maldito Popular Brasileiro – Arnaldo Batista*, que ganhou prêmios no Fórum BHZ Vídeo em 2001.



PONTO ORG / DIVULGAÇÃO

CONEXÃO BRASIL-ÁFRICA

Olhar nossas diferenças e semelhanças não como obstáculos ao desenvolvimento, mas sim como nutrientes de criatividade e resolução dos entraves sociais e econômicos. (*mais África em Retrato, à página 30*)

Começa a ganhar fôlego o programa entre o governo brasileiro e a Fundação Cultural Palmares para refazermos e recriarmos os laços Brasil-África.

O edital aberto no site do programa recebe inscrições de ideias que podem ser colocadas em prática nos países latinos e africanos. O objetivo principal é utilizar

a experiência brasileira na construção de políticas públicas voltadas para o apoio e desenvolvimento de agentes da economia criativa como base para a construção de capacidades de agentes econômicos africanos e afrodescendentes. No continente latino-americano, segundo dados do Pnud, o número de afrodescendentes soma mais de 140 milhões.

A intenção do programa é aproveitar a economia criativa como estratégia de desenvolvimento, reconhecendo a criatividade como capital humano para o fomento de uma integração de objetivos sociais, culturais e econômicos, diante de um modelo de desenvolvimento global pós-industrial excludente, portanto insustentável.

Prazo de inscrição de propostas:

30 de novembro

Mais informações: [palmares.gov.br/conexaobrasilafrica/edital](http://palmares.gov.br/conexaobrasilafrica/edital)

AS QUEBRADAS DA BIENAL

No meio da grande mostra oficial desta 30ª Bienal de São Paulo, outras tramas podem ser conhecidas pelo visitante incauto. A Agência Popular Solano Trindade

e diversos coletivos prepararam uma programação para o público, que inclui oficinas, saraus e atividades que trazem à tona questões emergentes da cidade, inspiradas pela frase de Solano Trindade: “Pesquisar na fonte de origem e devolver ao povo em forma de arte”. Solano foi poeta, pintor, folclorista e defensor da cultura negra.

Nesta programação estão previstas oficina de monotipia, postesia (fazer poemas e colá-los nos postes), correspondência poética com caixas de lixo, saraus com poetas e artistas plásticos e muita troca de ideias e experiências vindas dos artistas da periferia de São Paulo.

A Agência trabalha pela valorização da cultura popular, fomentando empreendimentos e ações culturais, e criou uma moeda própria para facilitar a troca de serviços culturais entre grupos e produtores locais (*mais na reportagem “Em plena São Paulo S.A.”, edição 66*).

A sede fica próxima à estação Capão Redondo do Metrô, em São Paulo, mas as atividades podem ser acompanhadas pelo site da Bienal [bienal.org.br](http://bienal.org.br) e pelo blog [agenciasolanotrindade.wordpress.com](http://agenciasolanotrindade.wordpress.com).



JORGE NOVAIS

# [ECONOMIA VERDE]

Gasto **ineficiente** No *scorecard* da eficiência energética, o Brasil ficou para trás. A Aneel tenta mudar regras para ampliar investimentos voltados a projetos com maior potencial de economia de energia **JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA**

O Brasil costuma se orgulhar de possuir a matriz energética mais renovável do mundo. No quesito eficiência energética, contudo, o País ainda tem muito o que fazer. No *scorecard* de eficiência energética publicado em julho pelo influente Conselho Americano para uma Economia Eficiente em Energia (ACEEE), o Brasil ocupa a décima posição. Só fica à frente de Canadá e Rússia, em uma lista das 12 maiores economias do mundo [1]. Um dos principais gargalos nas ações públicas de eficiência no Brasil é a ausência de uma política robusta de financiamento e incentivos às empresas, ator estratégico para o País economizar 5% na demanda por energia elétrica, conforme meta do Plano Nacional de Energia 2030.

Além de modesto, o dinheiro da principal fonte de recursos para projetos de eficiência é mal gasto, admitem especialistas no assunto, a indústria e a própria Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) – responsável pelo Programa de Eficiência Energética (PEE) e que tenta mudar suas regras para atrair mais investimentos do mercado.

Há dois problemas sérios nas regras que disciplinam a aplicação dos recursos do PEE – provenientes de uma parcela de 0,5% da receita operacional líquida (ROL) das distribuidoras, que na prática é bancada pelo consumidor ao pagar sua tarifa de energia. Foram alocados R\$ 385 milhões para o PEE em 2011, informa a Aneel [2]. Por causa da Lei 12.212, de janeiro de 2010, ao menos 60% da verba do PEE precisa ser investida em residências de consumidores que pagam a tarifa social de energia. Ocorre que tal vinculação engessa o programa de eficiência, diminui recursos para ações com impactos mais estruturais e de longo prazo e coloca na

conta do PEE iniciativas que deveriam ser promovidas por programas sociais do Poder Público em parceria com empresas de energia. Até regularização de ligações elétricas em comunidades pobres tem sido realizada por distribuidoras com o dinheiro do PEE.

A Aneel tenta sensibilizar parlamentares para que modifiquem a lei, de modo a permitir uma aplicação mais flexível do recurso. “A regra tornou-se impraticável para algumas distribuidoras”, observa Sheila Damasceno, especialista em regulação da Aneel. Segundo ela, algumas distribuidoras não conseguem atingir esse percentual de 60% por não possuir participação expressiva de consumidores de baixa renda em sua carteira.

Outro nó refere-se à fatia restante de 40% dos recursos do PEE, cuja aplicação é definida pelas distribuidoras de energia. “Não é recomendável que o dinheiro da eficiência seja gerenciado pelas distribuidoras, cujo principal interesse é aumentar seu faturamento com a venda de energia”, questiona Gilberto Jannuzzi, professor associado em sistemas energéticos da Unicamp.

Um modelo mais adequado, sugere, é o do estado de Vermont, nos Estados Unidos, que criou em 1999 a Efficiency Vermont, uma companhia privada sem fins lucrativos que investe recursos pagos pelos consumidores na conta de energia em projetos exclusivamente de eficiência. No modelo brasileiro de financiamento à eficiência, setores estratégicos como o industrial – que responde por 40% do consumo nacional de energia elétrica – e o de comércio e serviços acabam representando uma minúscula parte dos investimentos das distribuidoras (2,7% e 1,4% respectivamente do montante destinado ao PEE entre 2008 e 2011).

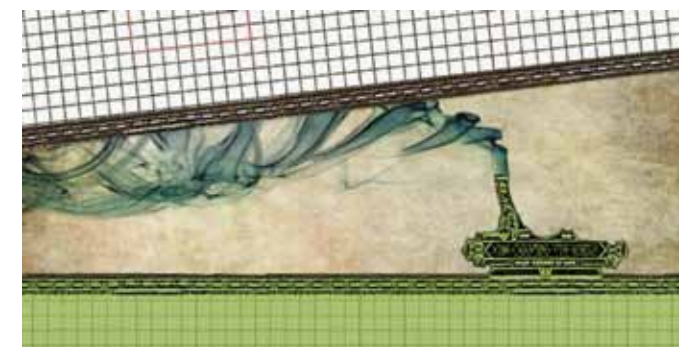
[1] A publicação está disponível em [bit.ly/LQBm1b](http://bit.ly/LQBm1b) [2] Desde o início do PEE, em 1998, os investimentos das distribuidoras somaram R\$ 4,351 bilhões, que resultaram na economia de 7.674 GWh (equivalentes a quase 2% do consumo nacional em 2011). Mais detalhes em [bit.ly/VEz4CE](http://bit.ly/VEz4CE) [3] O PNEF pode ser acessado no link [bit.ly/OSVO2v](http://bit.ly/OSVO2v) [4] Os 5% referem-se ao progresso induzido. Outros 5% seriam poupados com a evolução tecnológica.

Uma solução em estudo na Aneel é instituir uma regra que vincule os projetos ao perfil de consumo das distribuidoras. No estado de São Paulo, por exemplo, a indústria possui participação muito maior no fornecimento de energia das distribuidoras do que no Tocantins. Portanto, segundo a proposta da Aneel, as distribuidoras atuantes no território paulista precisariam investir na indústria uma proporção muito mais elevada de seus recursos no PEE em comparação com o que ocorre no modelo vigente.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) defende modificação ainda mais radical. No lugar das distribuidoras, seriam as próprias empresas que apresentariam projetos à Aneel. Mas o financiamento (reembolsável) continuaria alimentado pelo 0,5% da ROL das distribuidoras. “É a indústria que melhor conhece seus gargalos e onde pode gerar ganhos de eficiência mais relevantes”, justifica Rodrigo Sarmiento Garcia, analista de políticas e indústria da CNI.

Inegavelmente, o tema da eficiência energética ganhou mais holofotes no País nesse início de década. Prova da maior relevância do assunto é o Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEf), aprovado em outubro de 2011 pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) [3]. Para tirar o plano do papel, um grupo de trabalho interministerial formulou uma série de propostas, em análise no Ministério de Minas e Energia, que não revela detalhes do programa de ações para o Brasil cumprir a meta de economizar 5% de energia elétrica até 2030. [4]

“O PNEf é um elenco enorme de boas intenções e ideias. Mas falta amarrar financiamento e ações com a meta de eficiência”, comenta Jannuzzi, que enfatiza a necessidade de uma coordenação efetiva do tema no governo federal. “Falta um órgão, talvez uma agência, que coordene as diferentes iniciativas de incentivo à eficiência energética. O assunto atualmente está pulverizado em órgãos que nem sempre conversam entre si. Precisamos também conectar mais vigorosamente as políticas climática e de eficiência energética, como ocorre no Japão e nos Estados Unidos”, recomenda o pesquisador da Unicamp.



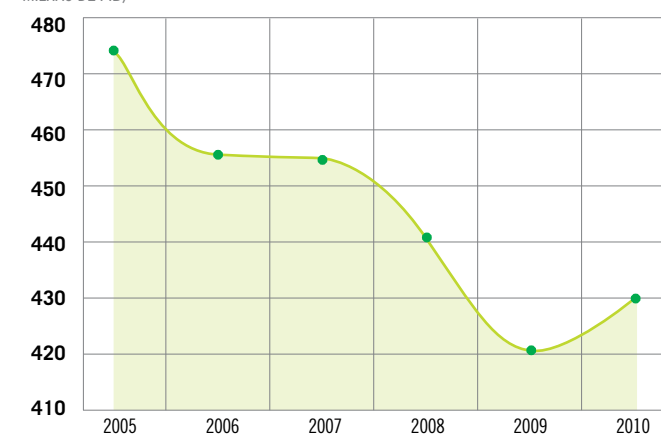
## Economia movida a CO<sub>2</sub>

A economia global está ficando mais intensiva em carbono, mostra a versão 2012 do relatório *State of Green Business*, publicado pela GreenBiz, empresa americana de consultoria e informação especializada em responsabilidade ambiental corporativa. Em 2010, segundo o estudo, as emissões globais de gás carbônico aumentaram 5,8% em relação a 2009, enquanto o PIB mundial cresceu 5,1%. Foi a primeira vez que o crescimento percentual das emissões ultrapassou o da economia global, desde que esses dados começaram a ser calculados. Nos Estados Unidos, após vários anos de queda, as emissões de CO<sub>2</sub> relacionadas à energia aumentaram 4% em 2010. O relatório diz que os Estados Unidos precisam ser capazes de crescer sem aumentar a intensidade carbônica de sua economia.

Além da intensidade carbônica da economia global, o relatório apresenta 20 indicadores que medem como a economia e as empresas americanas estão se saindo em relação ao desafio de reduzirem seu impacto sobre o planeta. Embora indicadores importantes como a transparência de informações estejam melhorando, vários estagnaram ou retrocederam: os investimentos em tecnologia limpa e eficiência energética diminuíram, enquanto aumentaram o uso de embalagens, as emissões tóxicas e a utilização de químicos tóxicos na fabricação de produtos. O relatório, em inglês, está disponível em [greenbiz.com/microsite/state-green-business](http://greenbiz.com/microsite/state-green-business). **GN**

### A RETOMADA DO CARBONO

EMISSIONES RELACIONADAS AO CONSUMO DE ENERGIA (MILHÕES DE TONELADAS DE CO<sub>2</sub> POR US\$ MILHÃO DE PIB)



FONTE: STATE OF GREEN BUSINESS REPORT 2012/GREENBIZ ELABORAÇÃO: Pina22



## Fio condutor | O setor têxtil luta para reduzir a pegada e usar a diferenciação socioambiental na competição com os chineses GISELE NEULS



As primeiras tecelagens do Brasil surgiram há mais de 150 anos. De lá para cá, o setor cresceu, diversificou-se e tornou-se uma das indústrias intensivas em mão de obra – são 8 milhões de empregos diretos e indiretos. Ao longo de sua cadeia extensa e pulverizada, não faltam problemas: elevado consumo de água, dependência do petróleo para a produção de fibras sintéticas e geração de resíduos tóxicos, entre outros.

E, nos últimos cinco anos, também não têm faltado concorrentes externos, sobretudo roupas chinesas. Em 2011, o País importou US\$ 6 bilhões em artigos têxteis, um terço oriundo da China. Foi um valor muito superior ao US\$ 1,42 bilhão exportado pela indústria têxtil brasileira.

“Estamos tornando o nosso produto mais sustentável não só por consciência, mas também para diferenciá-lo do asiático, por meio da responsabilidade social e boas práticas ambientais”, diz Alfredo Bonduki, presidente do sindicato do setor no estado de São Paulo (Sinditêxtil-SP). Boa parte dos US\$ 2 bilhões que o setor investe anualmente em suas indústrias é voltada a melhorias para reduzir a pegada ambiental da produção, como projetos de reúso de efluentes e compra de equipamentos mais eficientes no uso de água, gás e energia. Mas ninguém ainda fez a conta do

desempenho do setor com essas medidas. Não há dados setoriais sobre o volume de emissões de gases de efeito estufa, tampouco sobre o tamanho da pegada hídrica, entre outras lacunas. “Existe consciência, mas pouca avaliação e premiação das boas práticas”, reconhece Bonduki.

Ciente dessa fragilidade, o setor tem dado alguns passos – ainda tímidos. A Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) lançou um selo de qualidade para atestar o nível de sustentabilidade e boas práticas das empresas. Organizado em três categorias, bronze, prata e ouro, o selo Qual avalia itens como a existência de planos de gestão ambiental, o controle e o monitoramento de impactos ambientais e a responsabilidade social. O roteiro de avaliação, com 46 questões, exige documentação comprovando as respostas, mas as questões não vão muito além das exigências legais.

O próprio Sinditêxtil-SP criou um prêmio de gestão ambiental, que este ano premiou a Tavex (resultante da fusão da Santista com a espanhola Tavex) por seu projeto de neutralização de resíduos industriais aproveitando o dióxido de carbono proveniente de suas caldeiras. Para implantar o sistema em três fábricas, a empresa investiu R\$ 1 milhão em equipamentos e consultoria técnica, entre 2007 e 2008. O resultado é uma economia

acumulada de R\$ 2,5 milhões, desde 2007, com a eliminação do uso de ácido sulfúrico no tratamento dos efluentes e uma redução anual de 4,5% de emissões de CO<sub>2</sub> das caldeiras.

Nas três plantas da Vicunha – que figura entre os principais fabricantes mundiais de índigo e brim –, a inovação está na substituição do diesel por casca de castanha de caju e bagaço de cana nas caldeiras, o que reduz em 10 mil toneladas de CO<sub>2</sub> as emissões mensais do gás. Além disso, a Vicunha trata a água dos processos de tingimento para utilizar nos jardins e banheiros. O aproveitamento é de 70% da água, equivalente a 50 milhões de litros por mês. Para melhorar a performance no mercado exterior, além das certificações ISO 9001 e 14001, a empresa conseguiu em 2004 o selo Oeko-Tex, certificação europeia que atesta que o produto final é livre de substâncias químicas potencialmente prejudiciais à saúde humana.

“A certificação foi essencial para atender ao mercado internacional, cada vez mais exigente, e também para abrir novas oportunidades de negócios”, explica Milton Sakahara, gerente de qualidade da Vicunha. Apenas outras 13 empresas brasileiras possuem o selo, pouco conhecido por aqui, mas valorizado pelo mercado europeu.

### ENTREVISTA STEFFEN BOEHM

## PROFESSOR BRITÂNICO QUESTIONA GOVERNANÇA NO FSC

Problemas ambientais globais como o desmatamento não serão solucionados por esquemas de governança privada. A opinião é do professor Steffen Boehm, diretor do Instituto de Sustentabilidade da Universidade de Essex, no Reino Unido. Coautor de artigo – ainda em versão preliminar para discussão – que analisa suposta crise de governança no Conselho de Manejo Florestal (FSC, na sigla em inglês), Boehm esteve na FGV-Eaes, em São Paulo, no fim de agosto, para discutir as conclusões de seu trabalho com representantes do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflo) e da Suzano Papel e Celulose (*acesse o texto preliminar do artigo na versão digital desta edição*). A seguir, leia a entrevista concedida a PÁGINA22 após o debate. **JAGP**

### Por que o senhor critica a ausência dos governos em esquemas de governança como o FSC?

O FSC e outras certificações ecológicas são uma decorrência da falta de enfrentamento dos problemas do desmatamento e da produção florestal sustentável pelos governos nacionais. Como vozes críticas vêm argumentando, não temos visto suficiente progresso nos esquemas de governança privada, como o FSC, precisamente porque os governos estão fora

desse processo. A governança privada não é suficiente. Precisamos da atuação dos governos para lidar com temas como a ampliação da escala do manejo sustentável e para definir padrões mínimos que possam transformar indústrias inteiras, mais do que mudar pequenos nichos de mercado.

### Como os governos poderiam desempenhar papel mais ativo nas diferentes etapas da certificação?

Uma saída seria tornar o FSC a certificação dominante de fato no mercado, com a inclusão dos governos no processo, até mesmo em seu conselho, provendo maior legitimidade à organização. Outra opção seria o estabelecimento pelos governos de padrões mínimos para todas as certificações florestais.

### Atualmente, há diferentes fóruns compostos por empresas e ONGs para estabelecer padrões sustentáveis voluntários para algumas cadeias de negócios. Como o senhor vê essas novas formas de governança?

Isso é parte de um processo mais amplo de esquemas de certificações criados para lidar com graves preocupações socioambientais. Pode haver um impacto positivo de curto prazo, mas as questões são tão graves que necessitamos de soluções que sejam

implementadas em âmbito nacional e internacional. Mas isso não acontece porque os governos não assumem as suas responsabilidades. São muitas vezes controlados por interesses corporativos e seguem uma ideologia que prega menos governo, menos regulação.

### Uma grande parte da certificação FSC é realizada por ONGs sem fins lucrativos, como o Imaflo. Mas o senhor critica o credenciamento de certificadores privados.

Algumas ONGs argumentam que as empresas certificadas dependem muito dos certificadores e estes também dependem delas, que pagam seus serviços. Isso é um conflito de interesses. Seria muito melhor se o próprio FSC ou outras ONGs sem fins lucrativos fizessem a certificação. Os certificadores deveriam ser agências independentes.

### Há ONGs com recursos técnicos e humanos para substituir as certificadoras privadas?

Reconheço que o tema da capacidade técnica é uma questão para as ONGs. Contudo, como algumas organizações mais críticas apontam, a certificação é uma parte muito importante do processo geral do FSC para ser executada por empresas orientadas pelo lucro.

### CONTRAPONTO

## SECRETÁRIO DO IMAFLORA DIVERGE DE ESPECIALISTA

É inadequado cobrar dos sistemas de certificação uma solução para o problema do desmatamento, opina o engenheiro florestal Maurício Voivodic, secretário-executivo do Imaflo, que foi um dos debatedores no evento na FGV-Eaes sobre o esquema de governança do FSC com o professor britânico Steffen Boehm. Segundo Voivodic, a certificação florestal foi criada para oferecer opções de produtos sustentáveis ao consumidor. “O fim do desmatamento depende de muitas variáveis, incluindo políticas públicas e mudanças nos hábitos de consumo.”

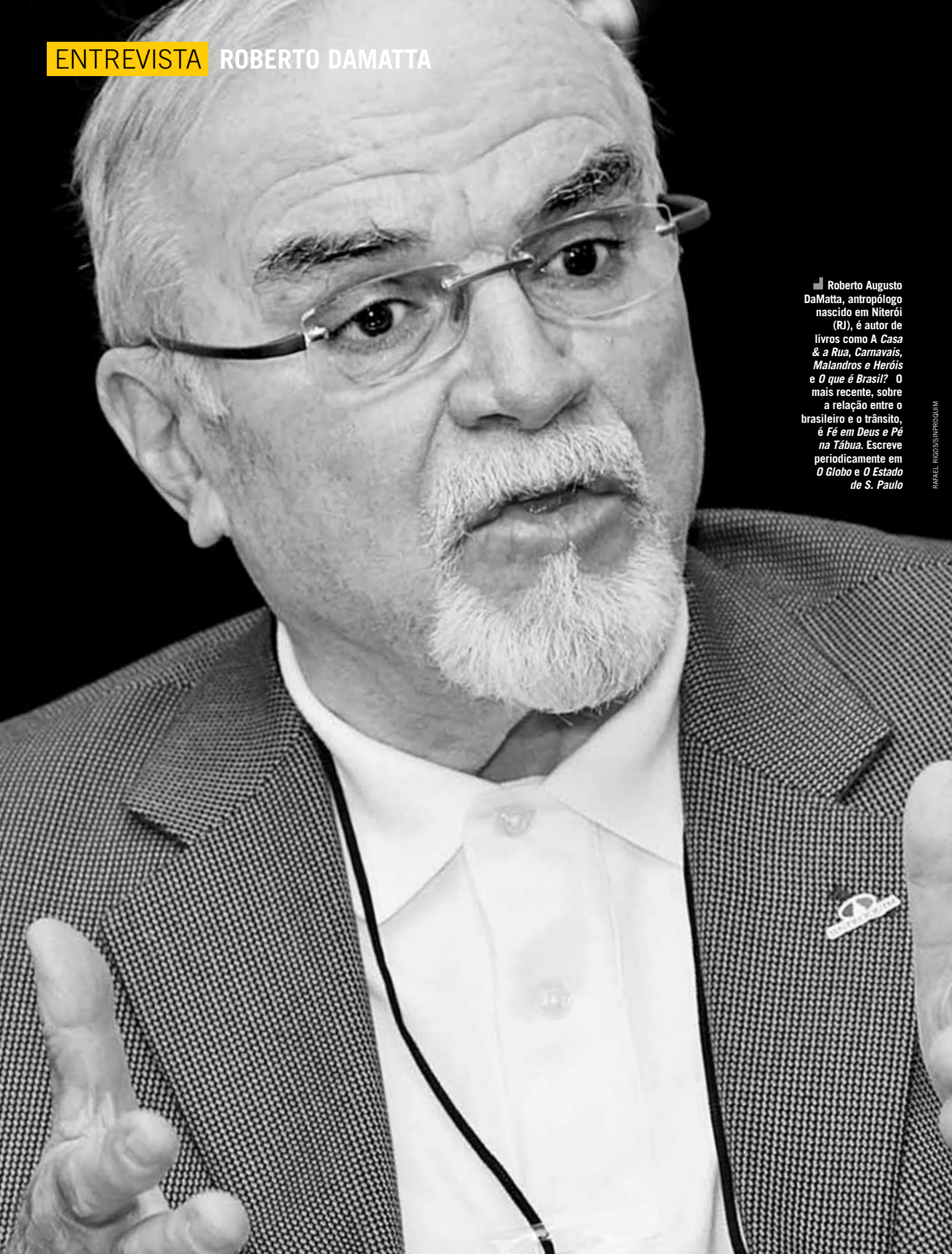
O dirigente do Imaflo concorda com Boehm quanto à necessidade de aprimorar os mecanismos de controle de qualidade do trabalho das certificadoras. Mas diz que nunca

viu evidências de desvio das regras do FSC por parte de certificadoras privadas em virtude da relação econômica com a empresa florestal ao auditar seu sistema de manejo. “O FSC está investindo recursos na melhoria de seus controles de qualidade sobre as certificadoras.”

Seria impossível, assinala o engenheiro florestal, eliminar o credenciamento de certificadoras privadas – com fins lucrativos, o que não é o caso do Imaflo, uma ONG –, dado o aumento expressivo na procura de empresas florestais pelo selo do FSC. “Falta capacidade nas ONGs para atender à demanda por certificação nos cerca de 80 países onde o FSC está hoje presente.” Para o FSC, a maior preocupação é com a qualidade do que faz a

empresa certificadora e não se ela tem ou não fins lucrativos.

Sobre os governos, Voivodic esclarece que eles podem participar das assembleias do FSC na condição de observadores. “Não faz sentido incluir governos no conselho do FSC ou lhes conceder poder deliberativo. O FSC foi criado como uma iniciativa da sociedade civil”, lembra o secretário-executivo do Imaflo. Voivodic também analisou o sistema de governança do FSC durante seu mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da USP (Procam), que resultou na dissertação *Os desafios da legitimidade em sistemas multissetoriais de governança: uma análise do Forest Stewardship Council (FSC)*, disponível no link [bit.ly/Q88AUD](http://bit.ly/Q88AUD). **(JAGP)**



▀ Roberto Augusto DaMatta, antropólogo nascido em Niterói (RJ), é autor de livros como *A Casa & a Rua*, *Carnavais, Malandros e Heróis* e *O que é Brasil?* O mais recente, sobre a relação entre o brasileiro e o trânsito, é *Fé em Deus e Pé na Tábua*. Escreve periodicamente em *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*

RAFAEL RIGOS/INFROQUIM

# De fralda em fralda

POR AMÁLIA SAFATLE

Quem vê o brasileiro mais preocupado com o time do coração do que em ocupar as ruas contra a corrupção ou em defesa de uma proposta partidária pode julgar que o avanço do Estado Democrático brasileiro beira a Série B. Mas, afeito a paralelismos entre política e futebol e estudioso do Brasil de longa data, o antropólogo **Roberto DaMatta** vem nos lembrar dos avanços que a nossa jovem democracia, ainda nas fraldas, mostra na História recente.

Embora moldada na forma da aristocracia e do escravismo, a democracia brasileira tem ganhado outros contornos. Hoje, a tecnologia digital escancara as informações e a sociedade em rede não espera mais uma fórmula única. “Terminou a utopia”, diz. Isso muda por completo a perspectiva, pois reduz a ideia de que a solução mágica partirá de uma pessoa eleita, mas sim de um trabalho conjunto. E árduo, pois, segundo ele, cresce a consciência de que as coisas nunca ficam prontas, acabadas, e, sim, precisam ser refundadas continuamente, trabalhadas sem fim.

A seu ver, as eleições são uma dessas oportunidades de refundação. “As pessoas são forçadas a deixar o poder para entrar outras. Pode-se jogar fora o velho e fundar o novo. É um rito de cataclismo. Por isso é um ônibus que a gente não pode perder. É como dizia Eça de Queirós: ‘Os políticos e as fraldas precisam ser trocados frequentemente. E pelas mesmas razões.’” Leia a seguir entrevista que DaMatta concedeu a PÁGINA22, a bordo de um táxi, a caminho da ponte aérea, e trechos de uma palestra que fez em São Paulo.



**O senhor ressalta que a sociedade brasileira é moldada por uma herança aristocrática e escravocrata. Diante dessa constatação, como é possível a gente conseguir romper a fronteira que distancia o interesse privado do interesse público?**

Já estamos rompendo. Hoje, as reações e a indignação contra políticos que se aproveitam de sua posição de agentes públicos e que se locupletam é muito maior do que jamais foi, tanto é que sai no jornal. Por exemplo, você vê esse caso do mensalão: eu duvido que isso chegasse a público, digamos, 40 anos passados. Na época dos militares, imagine quantas obras não eram feitas ou quanto dinheiro era desviado, ou mesmo em governos anteriores, e que não ficamos sabendo. A transparência – isso que você está usando, os gravadores, iPhones, televisão, câmeras – impede a mentira. Veja a filmagem das pessoas recebendo propina, que o inimigo faz. As denúncias se transformaram em coisas muito menos acusatórias, verbais, e muito mais provas concretas.

**Hoje se podem cruzar as informações rapidamente e desmascarar...**

Eu dizer que não vim a São Paulo e não fiz a palestra no Sinproquim (*Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos para Fins Industriais e da Petroquímica no Estado de São Paulo*) é impossível. Eu tô filmado. Eu entrei, tô filmado.

**Podemos dizer que a tecnologia induz a uma evolução no processo democrático?**

Ela promove uma transparência de tudo aquilo que fazia parte das sociedades aristocráticas. Que começavam com as leis. Cada grupo era julgado de uma maneira diferente do outro e você não sabia o que estava acontecendo, porque não tinha jornal, nada disso. Hoje, as pessoas não sabem ler e escrever. Não sabem! Mas elas sabem ver. Elas ouvem. Então, aparece na televisão aquele batráquio de Brasília [o então governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda] – aquilo é um escândalo, fiquei indignado com aquilo – recebendo um monte de dinheiro. Então esse componente da tecnologia é importantíssimo, irreversível, e só tende a aumentar.

**Na mesma linha, o ciberativismo é outro elemento importante?**

Também. E funciona para os dois lados. Você tem uma nova discussão de ideias, de opiniões, de formação de opiniões. E tem mais: você pode ser mais sincero nas opiniões porque é uma coisa mais impessoal, não é presencial.

**É isso que bom para neutralizar aquele traço cultural que o senhor cita, de que o brasileiro em geral prefere evitar o confronto pessoal?**

É perfeito. Porque, cara a cara, será que você vai dizer o que gostaria? Não, mas na internet você diz. Além disso, existe nos sites um novo tipo de reflexão sobre o Brasil que não é só feita por jornalistas profissionais e acadêmicos profissionais, mas por pessoas comuns. E algumas delas são extremamente perspicazes. Então, há uma democratização da mídia muito grande que a gente precisa levar em conta também.

**Então, apesar de tudo, a democracia no Brasil tem evoluído bastante?**

# Temos hoje uma consciência sobre os papéis públicos que jamais houve

Sem dúvida. Senão, você não estaria fazendo esta entrevista comigo. Desde 1979 estou mostrando essa oposição que existe no Brasil entre a casa e a rua. Outra coisa que temos hoje é uma consciência sobre os papéis públicos que jamais houve. Se você é governador, esse papel o constrange. Você tem que honrá-lo. Não pode pegar o carro do governador e sair à noite para passear em São Paulo. Não pode pegar uma verba de recepcionar pessoas e gastar com sua família. Hoje, temos uma consciência maior de que a moldagem aristocrática do Estado brasileiro tira muito mais da sociedade do que deveria tirar. Se não tirasse tanto, se não tivesse tantos funcionários, teríamos muito mais verba para fazer ruas, aeroportos melhores etc.

**Ao mesmo tempo, em relação à participação do cidadão na política, o que parece é que não há um interesse, e sim uma apatia.**

Então o ideal é que houvesse uma campanha para estimular o voto, em vez de ser obrigatório. Talvez isso resultasse em um ativismo maior. Isso é uma hipótese. Mas isso que aparece como uma ausência de participação nas ruas, por exemplo, não acontece na internet. Eu entro sempre no julgamento do mensalão no Terra. Você assiste ao ministro fazendo a relatoria ou respondendo, e do lado há os comentários (*do internauta*). E são muitos os comentários! Porque justamente existe uma consciência maior de que o Estado gasta e centraliza mais do que precisa, e é ineficiente.

**Que reformas no campo político são fundamentais e viáveis, ou seja, não são difíceis de conseguir se houver alguma mobilização das pessoas?**

Tem um ponto fundamental acontecendo no campo político brasileiro hoje: o fato de que terminou a utopia. O milenarismo está acabando. Isso quer dizer que há um entendimento maior de que o Brasil não vai se resolver com o Lula ou o PT sozinho. O Brasil vai se resolver, sim, com o Lula, com o PT e com os outros partidos e com os cidadãos brasileiros. E isso é um trabalho desgraçado. Não existe mais uma fórmula.

Eu, por exemplo, fui criado “socializado”, em um momento em que todo estudante era de esquerda, e se pensava que existia uma fórmula pela qual a sociedade se resolveria para sempre. Era o caso da União Soviética, a gente acreditava que era assim. Até sair o *Relatório Krushev* (*risos*) [denunciando os horrores do regime stalinista].

E quando essas coisas pipocavam... os Estados Unidos! A gente tinha de ser igual aos Estados Unidos e estaria tudo resolvido. E não é. A gente não tem que ser igual a ninguém, cada um procura um

caminho, os caminhos são árduos, e é exatamente por isso que sou um liberal. No liberalismo, a gente se aproxima de uma visão que faz menos mal, pois ela não troca a realidade pelos valores. Ninguém é o obstáculo. O obstáculo é a própria realidade. É um guia mais firme e seguro do que você achar que o prefeito tal vai resolver os problemas da cidade – que é como as pessoas se apresentam nas campanhas eleitorais.

**Pois é, isso continua no discurso da propaganda política. A novidade é que as pessoas estão acreditando menos?**

Sim, tanto que o candidato ungido pelo Deus, que é o Lula [em referência à citação de Marta Suplicy, que se referiu a Lula como Deus], está difícil de decolar. É um exemplo de como as coisas não têm mais automatismo. A mecânica mudou. Antigamente, o coronelão decidia. Depois, houve os presidentes autoritários que mandavam em tudo e controlavam o Estado, porque o número de representantes era menor. Em seguida, começou a abertura democrática e a haver vários partidos. Quem iria imaginar, na década de 1950, o Partido Verde? Quem iria imaginar o movimento ecológico? Quem iria imaginar que a gente hoje vai ter de fazer, de qualquer maneira, uma redefinição dos nossos estilos de vida? Sim, porque o planeta não aguenta um sistema de produção que tem como premissa que os recursos naturais são inesgotáveis. Eles não são.

**É aquilo que o senhor provocou em sua fala agora há pouco: o quanto é suficiente?**

Pois é, o quanto é suficiente para você? Quantos anéis você precisa ter? Quantos sapatos? Porque tudo isso exige uma produção... Será que todo ano precisa sair um modelo novo de carro, ou a gente pode deixar para sair de três em três anos?

**Essas ideias estão em discussão ainda em um núcleo muito pequeno da sociedade. Perto do todo, é um grupo minúsculo.**

Mas os grupos minúsculos aumentam. E as pressões são muito grandes. A questão da ecologia é interessante, porque a sustentabilidade é uma palavra que não está ligada nem à religião nem à política, tem a ver com o planeta. Acontecem tempestades nos Estados Unidos, começa a haver degelo no Alasca, e os americanos começam a ver que tem alguma coisa errada.

**É a coisa mais pública que existe. Não tem nada mais público que isso. Mas a dificuldade de lidar com o que é público é enorme, porque o pensamento é: “Não sou o grande causador do problema, por que eu tenho de resolver?” Então é mais difícil de convencer as pessoas nessa matéria, não acha?**

É, mas o fato de ser público, notório e não ter ligação com nenhum grupo subversivo, ou nenhuma igreja, ou nenhuma seita, vai automaticamente levar a uma melhor redistribuição de uma renda em um âmbito que não é nacional. As desigualdades ocorrem nos continentes, entre países. Como é que diminui, por exemplo, o nível de monóxido de carbono? Você tem que colocar menos automóveis em circulação, colocar sistemas públicos de transporte, que sejam mais eficientes. E os donos de automóveis vão ter que vender o carro ou não comprar tantos carros.

**É o que sempre falamos nesta revista: os mais ricos terão de abrir mão do consumo para os mais pobres poderem ter acesso às oportunidades, reduzindo as desigualdades.**

A menos que você encontre novas tecnologias que neutralizem isso. Os dois caminhos estão juntos. Não é um ou outro. Os dois estarão conjugados.

**Em relação às eleições nos Estados Unidos, o senhor está acompanhando?**

Estou, é um assunto muito interessante, muito complexo, há um conflito de valores e temo que o Mitt Romney ganhe. Não quero, mas é meu temor.

**A seu ver, por que ele tem grande chance de ganhar?**

Porque o Obama não deu os empregos que prometeu. Os caras (*os americanos*) são pragmáticos. Não é como aqui, que você promete e não faz, e tudo bem. Aquilo conta!

**Além disso, teve a crise econômica, que pegou o Obama em cheio?**

Pegou em cheio. Ele, sim, teve uma herança maldita.

**Ele conseguiu fazer muito pouco em termos de mudança, para quem tinha mudança como slogan de campanha, não é?**

Conseguiu fazer muito pouco porque o Congresso americano fez com ele paralisações que nunca tinha feito em 100 anos. A ponto de decidir não votar determinadas matérias. Porque aí tem o elemento da cor, né? Agora tenho que ir, senão perco meu voo! .....

**A seguir, depoimentos de DaMatta colhidos no espaço de debates “Café com Opinião”, promovido em São Paulo pelo Sinproquim, sindicato da indústria química:**

## FUTEBOL VS. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Uma das razões que podem explicar no Brasil o entusiasmo pelo futebol e a falta de entusiasmo pela política é que no futebol as regras são claras e entendidas pela maioria. E na política há regulamentos e regimentos que são complexos. E uma das primeiras coisas que os políticos manipuladores fazem é estudar muito bem esses regimentos. No futebol, a gente entende melhor o funcionamento das coisas porque, quando o jogador perde um pênalti, não tem o Supremo para decidir. Mas, quando existe o mensalão, é um troço muito mais complicado, porque existe um mascaramento das situações.

Na política, a gente é muito leniente e elástico, ao contrário do esporte, em que perdeu, perdeu. Mas, na política, nós temos que falar, escrever para jornal, fazer pressão por meio de associações de classe, ou chamar alguém aqui e dar duro. Aí, fatalmente, vamos entrar em uma coisa que, dentro da cultura luso-brasileira – vou falar em geral –, é muito difícil pra nós, que é o confronto. Que é discordar, cobrar. É desconfortável para nós, brasileiros, fazer isso. Mas, para finalizar nosso processo de modernização, não podemos ficar só reclamando entre amigos. Não adianta a gente conversar de noite, dizendo um para o outro: “Tô indignado”. Isso tem que ser externado e chegar aonde deve.

## GOVERNANTES E INVERSÃO DE PAPÉIS

Precisamos mudar a ideia sobre os governantes: eles não são donos de uma coisa que nos compete, e, sim, são gerentes de alguma coisa que é nossa! São bens e serviços que nos pertencem! Então o Estado brasileiro tem uma posição invertida: aqui a sociedade trabalha para o Estado, em vez de o Estado trabalhar para a sociedade. O Estado é um meio para melhorar o bem-estar da sociedade.

## CARROS VS. SOCIEDADE DE IGUAIS

Nossa decisão do transporte foi, obviamente, uma decisão aristocrática. Cada um com seu carro, cada um quer ter o carro melhor que o outro, não é à toa que são 40 mil acidentes por ano, porque, para fazer o “sabe-com-quem-está-falando” dentro do carro, só batendo um no outro! (*risos*) E, quando bate, destrói propriedade, eventualmente ceifa vidas ou torna uma pessoa imprestável, com sofrimento e custo enorme.

Isso acontece porque a gente não politiza mais a questão de que temos que nos preparar para viver em uma sociedade de iguais, em que os outros existem tanto quanto nós. Então, você entra no aeroporto para passar pelos raios X, tem gente que fica conversando na entrada e na saída. Se ficar naquela porta ali, como uma pessoa vai sair? A gente não aprende isso em lugar nenhum, muito menos em casa. Nem no colégio. Então, educação sim, mas uma educação voltada para a igualdade, que é uma educação voltada para o outro, para o seu próximo, que tem o mesmo problema que você. Ele não é superior nem inferior, ele é igualzinho a você. Este é um elemento que falta na formação do espaço público brasileiro.

Outro ponto que tenho trabalhado: o quanto é suficiente para nós? É uma pergunta para fazermos de noite. Tenho que ter todos os livros do mundo? Uma Mercedes-Benz? Tenho que ir todo ano a Nova York? O quanto basta?

## ARISTOCRACIA VS. REPÚBLICA

Há um paradoxo: a República brasileira destruiu a aristocracia, mas construiu a aristocracia dentro dela própria. Vejam as dinastias políticas na Bahia, no Rio. Há uma hereditariedade própria da aristocracia e das sociedades hierárquicas. A mãe briga com o garçom no restaurante se ele der pito no filho que está fazendo bagunça, por resqúcio escravocrata.

A gente faz barulho em restaurante, faz fila para entrar em avião, e no entanto no avião tem lugar marcado! Levanta da poltrona do avião quando as portas ainda estão fechadas. Por quê? Porque somos uns barões, queremos sempre ser os primeiros a entrar e a sair. No fundo, somos uns meninos mimados. Uns frescos. As nossas mães mimam a gente desde criança. O Joãozinho reclama porque prefere o arroz em cima do feijão, ele faz birra se o feijão ficar embaixo do arroz. E a mãe vai lá e faz o que o filho quer.

Nos Estados Unidos, come-se de bandeja. Mas aqui não temos a cultura do self-service, e sim a de que somos servidos por alguém. Ou pela mãe ou pela empregada. Ou, na ausência da empregada, pelo irmão mais novo (*risos*). E isso é transposto para o mundo público.

## PARTIDOS E NANICOS

Ficamos os 21 anos de regime militar com dois partidos. Aí,

quando liberou, fizemos o contrário: inventamos um monte de partidos. Não tem como ter tantos programas diferenciados. E tem mais: quem paga o Fundo Partidário somos nós. Esse dinheiro sai do nosso bolso! Então, a vantagem é fazer um partido novo. Eu não sei como vamos resolver isso, mas precisa de uma refundação do campo político, que acho que não interessa a ninguém. É necessário que as lideranças políticas se reúnam para fazer isso.

Por que os candidatos nanicos se candidatam toda eleição, sabendo que não vão ganhar? É o chamado *nanonarcisismo*. Tem um primo da minha mulher que é candidato a prefeito no Rio. A prefeito! Ele aparece de óculos escuros e fala umas platitudes do tipo, “o Rio de Janeiro está sem saúde pública”, coisa que qualquer um pode falar de qualquer lugar. Você pode chegar em Paris e falar: “Paris está com uma deficiência de iluminação pública” ou “A Rue de l’Étoile está com três lâmpadas quebradas. Votem em mim para prefeito que vou consertar”.

Esse primo aparece na rua e sente uma certa satisfação, porque a mulher, as primas o elogiam – “Você está cada vez mais bonito”. Então, a vantagem é essa: ele fica conhecido. Tem gente para quem isso é a glória: falarem “eu te vi na televisão”. É o contrário: ele aparece primeiro na televisão para depois ficar famoso.

## DONOS DO BRASIL

Eu vivi um tempo em que os governadores eram donos dos Estados. O Juscelino (*Kubitschek*) era dono do Brasil. Não era visto como gerenciador, e, sim, como dono. E teve a loucura de pegar o (*Le*) Corbusier para fazer aquele desenho dos prédios de Brasília. Quando Corbusier tentou fazer um redesenho em Paris, era para fazer três prédios de 5 milhas de altura cada um. Ainda bem que o prefeito de Paris não era Juscelino; se fosse, era capaz de ter feito os prédios e destruído o centro histórico de Paris.

Aí chamaram o Niemeyer, que fez aquele negócio de concreto, tudo voltado para dentro, ele tem uma mania de vida intrauterina, tudo subterrâneo. E então virou o arquiteto do Brasil, virou o dono da arquitetura brasileira. Você tem um país precisando de inovação, quer fazer um prédio público em São Paulo e, em vez de abrir um concurso para os jovens arquitetos participarem, você entrega para os arquitetos que já são medalhões.

## ELEIÇÕES E TROCA DE FRALDAS

A eleição só poderia ter sido inventada pela sociedade liberal, que descobre que temos de ser refeitos todos os dias. Temos que inovar, que nos refundar todo dia. As coisas nunca ficam prontas, acabadas, precisam ser refundadas continuamente. Assim como o casamento.

E a eleição de quatro em quatro anos tem a capacidade de liquidar tudo. As pessoas são forçadas a deixar o poder para entrar outras. Pode-se jogar fora o velho e fundar o novo. É um rito de cataclismo. Por isso é um ônibus que a gente não pode perder. É como dizia Eça de Queirós: “Os políticos e as fraldas precisam ser trocados frequentemente. E pelas mesmas razões”. <sup>[2]</sup>

ASSISTA A TRECHOS DA PALESTRA EM VÍDEO NA VERSÃO DIGITAL DESTA ENTREVISTA EM [FGV.BR/CES/PAGINA22](http://FGV.BR/CES/PAGINA22)

# [RADAR]

Admirável **clima novo** | Enquanto o debate político em torno das mudanças climáticas continua inerte, a ciência indica que se esvaem as chances de evitar efeitos catastróficos **POR FLAVIA PARDINI\***

Há até pouco tempo parecia haver consenso de que a humanidade dispunha de uma janela de oportunidade para agir e mitigar as mudanças climáticas. Não mais. A ciência começa a indicar que se esvaem as chances de conter o aumento das temperaturas em 2 graus centígrados e evitar efeitos catastróficos. Um estudo britânico <sup>[1]</sup> afirma que isso só seria possível se houvesse ação imediata, global e coordenada. Ou, como disse o assessor científico do governo britânico e ex-presidente do IPCC, Bob Watson, a meta de 2 graus “já era”.

Os ideólogos que negam a existência e as causas das mudanças climáticas fazem ouvidos moucos. Uma catástrofe de proporções bíblicas parece necessária para que haja um  *tipping point*  no debate político sobre o clima, preso à retórica de que não há certeza sobre as mudanças e, portanto, razão para agir.

A ciência, entretanto, começa a descrever os  *tipping points*  físicos. Um dos mais dramáticos está no Ártico, o topo do mundo, onde a área coberta de gelo neste verão caiu pela metade em relação à década de 1970 e chegou a um mínimo nunca antes registrado.

“No começo da minha carreira, costumávamos usar a frase ‘à velocidade de uma geleira’ para descrever mudanças muito lentas, mas esse não é mais o caso”, disse o reconhecido paleoclimatologista Lonnie Thompson.

Em agosto, cientistas americanos e russos publicaram artigo <sup>[2]</sup> em que descrevem a rápida retração e diminuição da cobertura de gelo do Ártico ao longo das últimas décadas como “uma das manifestações mais impressionantes da mudança climática”.

A perda de gelo no Ártico é consequência do aquecimento global e também alimenta o fenômeno. A calota polar atua como imenso ar condicionado, refletindo a luz do sol de volta para a atmosfera. Menos gelo significa menos reflexão e mais energia absorvida pelo oceano, o que desestabiliza o hidrato de



metano estocado no fundo do mar e gera a emissão desse potente gás de efeito estufa, contribuindo para o aquecimento.

A maior absorção de raios do sol pelo oceano no Ártico tem o efeito equivalente a cerca de 20 anos de emissões de CO<sub>2</sub> pelo homem, estima Peter Wadhams, da Universidade de Cambridge.

O pesquisador britânico John Day <sup>[3]</sup> atribui apenas 30% da redução do gelo do Ártico a variações naturais e diz que o restante se deve a alguma outra força, “muito provavelmente à mudança global feita pelo homem”. Há previsões de que o Ártico estará totalmente livre de gelo durante o verão em 2015.

## ARQUIVO NAS ROCHAS

Para mostrar que a situação é mais complicada do que se previa, James Hansen, diretor do Instituto Goddard de Estudos Espaciais, da Nasa, recorreu não a modelos do que será o clima no futuro, mas às temperaturas globais nas últimas seis décadas. Sua conclusão é de que é possível atribuir eventos extremos recentes à mudança climática.

As chances de que eventos como as ondas de calor na Europa em 2003 e na Rússia em 2010, assim como a seca catastrófica no Texas e em Oklahoma em 2011, tenham sido causados por variabilidade natural, diz Hansen, são minúsculas. Contar com elas seria como “abandonar seu emprego e jogar na loteria todas as manhãs para pagar as contas”, escreveu.

A análise <sup>[4]</sup> de Hansen foi revisada por pares e publicada na prestigiosa revista *Proceedings of the National Academy of Sciences*, mas causou controvérsia. Alguns pesquisadores dizem que Hansen e seus colegas exageraram a conexão entre o aquecimento global e eventos extremos. Muita gente, porém, confia em suas previsões e lembra que ele foi o primeiro cientista a soar o alarme sobre as mudanças climáticas – em depoimento ao Congresso americano em 1988.

O passado remoto, registrado nas rochas, também pode servir de guia, segundo pesquisadores de Stanford e da Universidade da Califórnia que exploram <sup>[5]</sup> as causas da extinção em massa no fim do período Permiano.

Ocorrida há cerca de 252 milhões de anos, foi a maior perda de biodiversidade da história da vida animal e é conhecida entre os paleontólogos como a “grande morte”. A análise das rochas do período não permite fazer previsões específicas sobre as mudanças por vir, mas os cientistas alertam que as evidências são de que a “grande morte” tenha sido precipitada pela rápida liberação de CO<sub>2</sub> na atmosfera.

Especialmente nos oceanos, os  *insights*  que emergem do estudo da extinção em massa no Permiano podem servir como uma importante analogia para o século XXI, dizem os pesquisadores.

JORNALISTA E FUNDADORA DE PÁGINA22

[1] Acesse em [goo.gl/ZPFZ](http://goo.gl/ZPFZ) [2] [goo.gl/yixdw](http://goo.gl/yixdw) [3] [goo.gl/BsjHg](http://goo.gl/BsjHg) [4] [goo.gl/rZwiL](http://goo.gl/rZwiL) [5] [goo.gl/OXU3I](http://goo.gl/OXU3I)

# Políticas outras

Diante de um sistema político-eleitoral engessado no século XX, movimentos da sociedade ensaiam formas dinâmicas e orgânicas de fazer política, provocar, gerir e se organizar. Como pano de fundo estão mudanças no eixo de poder entre centro e periferia

POR ANA CRISTINA D'ANGELO ARTE DORA DIAS

Já seriam suficientes para questionar as formas tradicionais de fazer política a imensa rejeição aos candidatos à prefeitura de São Paulo – um deles chegou ao recorde de ser rejeitado por metade do eleitorado – e as manifestações, em bate-papos digitais e reais, de uma insatisfação geral com o modelo eleitoral e a representação política como se apresenta.

Não bastasse, a mistura oportunista de legendas e a ausência de projetos claros e consistentes na direção de transformação da realidade brasileira levam a um sentimento pior que a descrença: um certo asco ou apatia em relação ao tema. Mas existe uma nova forma de se fazer política? O que se vislumbra no horizonte das organizações civis e dos pensadores desta matéria? Assistimos, no dia a dia, a iniciativas que tomam do poder público a responsabilidade por cultura e educação – para falar de um duo poderoso que cai no lugar-comum dos discursos nesta época – se frutificarem pelos quatro cantos do País. A nova política seria um conjunto de outras (micro) políticas cidadãs?

No ano passado, recém-saída do Partido Verde (PV), Marina Silva e outras lideranças ligadas ao movimento socioambiental criaram o Movimento por uma Nova Política (MNP). A decepção com o modelo vigente – um sistema do século XX que não dá conta de abarcar desafios do século XXI – foi o motor para o grupo que procurava uma identidade suprapartidária e com as características da horizontalidade, dialogia, participação e uma estrutura em rede. “Foi uma reação à crise de representação dos partidos políticos, onde boa parcela da sociedade não se identifica mais com a política institucional organizada em torno dos partidos”, conta Bazileu Alves Margarido Neto, integrante do MNP.



■ A expressão foi criada por Marina Silva ao se desvincular do PV, ocasião em que afirmou: “Como alguém já disse, o ideal que move as pessoas para melhorar o mundo em que vivem, e onde no futuro outros irão viver, deve estar na popa e não na proa, a nos impulsionar para o futuro. Não é hora de ser pragmático, é hora de ser sonhático e de agir pelos nossos sonhos”.

■ O OF é uma organização social de pesquisa, consultoria e ação pública dedicada à produção do conhecimento e de proposições políticas sobre as favelas e fenômenos urbanos. Busca afirmar uma agenda de Direitos à Cidade, fundamentada na resignificação das favelas, também no âmbito das políticas públicas. Um de seus programas, o Imagens do Povo, contribuiu para documentar a Rio+20 em forma de imagens, publicadas na edição 64 de PÁGINA22

A proposta deste novo espaço pode ser conferida na rede [novapolitica.com.br](http://novapolitica.com.br) e a palavra “sonhático” ganhou adeptos empolgados com novos rumos para a política brasileira.

Passado um ano, estaremos neste outubro em plena eleição municipal e o MNP esfriou. Parcela dos sonháticos saiu como candidato a vereador, uma trajetória que Margarido Neto não condena, mas que certamente fará o MNP se repensar depois do resultado do pleito, quando voltarão a se reunir e fazer um balanço dos quadros com que poderão contar. “Nosso objetivo é não estar vinculado a esta eleição, mas ela introduziu uma questão que não ficou bem resolvida [pois alguns membros foram se dedicar à campanha]. Então houve um esfriamento proposital, até para que isso não acabasse desvirtuando o próprio caráter do movimento”, explica.

O que o MNP defende é que a forma institucional não deve ser o único meio de participação da sociedade na vida política do País. Após as eleições, garante Margarido Neto, o movimento retomará o processo de definição de programas e projetos, fiel a seus princípios.

Há quem critique a condução do movimento, como Eduardo Rombauer, que integrou o Movimento Marina Silva, uma das fontes de inspiração do MNP. Para Rombauer, o grupo que criou o movimento na busca de novas formas de fazer política ignorou suas raízes (no Movimento Marina Silva) e hoje opera na contramão da transparência e do espírito de coesão e compartilhamento que antes se pregava. “Os integrantes do Movimento Nova Política estão competindo entre si, o que contraria a sua origem, baseada no diálogo e na causa transpartidária”, critica.

### POLÍTICA CIDADÃ

Enquanto isso, na “Sala de Cidadania”, organizações e coletivos não se revezam quando é para botar a mão na massa. São muitas as iniciativas Brasil a fora, dentro e fora da rede digital, para melhorar a vida nas cidades, passando por educação, cultura, transporte, urbanismo, acessibilidade e outros pilares que outrora tinham seus destinos reservados a conversas de gabinete.

O **Observatório de Favelas (OF)**, em parceria com a

## Enquanto o Movimento Nova Política se repensa, iniciativas florescem no campo da cidadania, como a do Observatório de Favelas

**Redes da Maré**, por exemplo, está em vias de aprovar a criação da Faculdade de Artes e Cultura da Maré, com sede na comunidade que leva o mesmo nome, no Rio de Janeiro.

Desdobramento das experiências do OF na área de educação e artes, a ideia é construir uma faculdade com a dimensão da convivência, participação e construção de cidadania, focada no projeto de cidade que inclua todos. Novos protagonistas para uma apreensão sensível do mundo. “Queremos formar os jovens da Maré para que interfiram na comunidade, na cidade e tenham condições de produção e difusão da cultura”, afirma Jorge Luiz Barbosa, diretor do Observatório de Favelas e professor da Universidade Federal Fluminense.

A intenção é iniciar as atividades em 2014 e, até lá, além dos trâmites junto ao Ministério da Educação, os parceiros estão se virando para obter recursos como, por exemplo, a realização de eventos abertos à participação. Uma feijoada animada foi um deles, com vistas à compra do terreno onde será construída a instituição. “Não é um projeto só de uma faculdade, e sim que busca construir um território criativo, gerando produtos, renda, emprego, autoestima necessária, é um projeto de cidadania”, completa.

Na área de cultura, o OF aprovou um projeto com dinheiro da Petrobras que está formando cem lideranças culturais em cinco comunidades cariocas durante este 2012. O projeto Solos Culturais cria redes colaborativas e torna visível a produção cultural nas favelas cariocas, incorporando estes jovens como protagonistas e não meros consumidores de cultura.

Pelo olhar de um dos produtores responsáveis pelo Solos Culturais, Gilberto Vieira, pode-se observar que, além da potência criadora do programa, chega-se a um interessante perfil dessas comunidades e seus habitantes jovens, conhecimento até então também ignorado pelas vias oficiais.

### PIPA COM HIP HOP

No Solos, os jovens passam por oficinas de formação e atividade em produção e pesquisa cultural. Foram estimulados a realizar intervenções em suas próprias comunidades. Em Manguinhos, os 20 jovens definiram

que soltar pipa era uma prática cultural, juntaram *hip hop* e o resultado foi uma intervenção curiosa em um espaço abandonado.

Na Rocinha, foi feita uma exposição fotográfica na passarela que é o caminho dos surfistas para o mar. A esquina de Londres – local emblemático do conflito entre polícia e traficantes antes da pacificação da Cidade de Deus – transformou-se em uma casa de chá que abrigou debates sobre o futuro da favela. Para cada intervenção, cada grupo possuía R\$ 10 mil a serem autogeridos.

“As comunidades são muito diferentes, há lugares onde os jovens são mais articulados, conscientes e inseridos na vida do Rio, como Cidade de Deus e Rocinha, e outros dominados pelo medo e desinformação, como Manguinhos”, conta Vieira.

Na época em que os candidatos pipocam os morros com seus cartazes e cavaletes, além das promessas vazias de vida nova, Vieira também vê diferenças na relação das comunidades com a política tradicional.

“Muitos estão em outro movimento, não querem relação com os candidatos e têm uma predisposição para a autonomia. Mas é claro que existe ainda a tradição do vereador que vai pedir voto em troca de benefícios”, reflete.

### PRIMAVERA DA PERIFERIA

Na toada da efervescência cultural da periferia – com a ressalva de que no universo digital o centro está por toda parte – outras histórias servem de inspiração e alvoroço, especialmente na produção cultural.

Membro do projeto **Nós do Morro** desde 1989, o ator, produtor e cineasta Luciano Vidigal é prova que dá para fazer política fora dos esquema oficiais ou das leis de incentivo.

Nascido e criado no Morro do Vidigal, com a vista incrível que se descortina entre os nobres Leblon e São Conrado, Luciano acredita que durante muitos anos as organizações têm feito o papel do governo que, para ele, é dar acesso a tudo e a todos.

“Minha ideologia é oferecer cultura a quem precisa e usá-la como ferramenta de transformação mesmo”, conta o jovem, que começou como ator mirim, foi professor, dirigiu peças de teatro e então descobriu o cinema.

■ Instituição da sociedade civil que trabalha de forma integrada e abrangente com temáticas relativas à cidade do Rio de Janeiro e, mais especificamente, aos seus espaços populares

■ Fundado em 1986 com o objetivo de criar acesso à arte e à cultura para as crianças, jovens e adultos do Morro do Vidigal. Hoje, já consolidado, oferece cursos de formação nas áreas de teatro e cinema, abrindo e ampliando os horizontes para um sem-número de crianças, jovens e adultos, moradores ou não do Vidigal

## "Esse novo artista cidadão é engajado e elimina atravessadores. Agora é o oprimido falando do opressor", diz Sérgio Vaz, da Cooperifa

■ Gênero musical popular surgido no Pará, no início dos anos 2000. Funde ritmos tradicionais da região com batidas eletrônicas. Destaca-se por ter se desenvolvido independentemente das grandes gravadoras, criando um mercado com formas alternativas de produção e distribuição

■ Rede de trabalhos concebida por produtores culturais das regiões Centro-Oeste, Norte e Sul no final de 2005. Hoje o Circuito Fora do Eixo está em 25 das 27 unidades federativas do Brasil

Agora está lançando o documentário *5X Pacificação*, sobre as UPPs nas favelas cariocas e está filmando *Cidade de Deus 10 Anos*, que deve ser lançado no próximo ano, um retrato dos jovens à época não atores que participaram do filme lendário de Fernando Meirelles.

“O cinema me proporciona mostrar a favela de forma singular e poética e me comunicar com o mundo. Sem a tecnologia, sem o cinema digital, seria impossível”, diz Vidigal, reconhecendo que uma certa exploração da imagem das favelas que não resulta em melhorias para os moradores.

Em entrevista a PÁGINA22, o professor de Filosofia Política Renato Janine Ribeiro já mencionava que novos espaços, como o cultural, da informação e tantos outros fariam as vezes da política, ao cumprir seu objetivo maior, que é o de promover a liberdade e a discussão de valores fundamentais. ([acesse em goo.gl/RPd3m](http://acesseemgoo.gl/RPd3m))

Para Sérgio Vaz, poeta e produtor do sarau da Cooperifa em São Paulo, a periferia vive a efervescência cultural que a classe média conheceu na década de 1970, agora com a diferença de que conta com as facilidades de acesso e difusão tecnológica. “A internet é nossa mídia, meu blog é meu jornal. Ainda que não seja exatamente o que a gente gostaria, a mídia digital tá aí, sim, esta é nossa primavera da periferia, quer as pessoas gostem, quer não. Demorou para um jornal dizer que a gente prestava”, afirma.

O Sarau comemora 11 anos vigorosos, não recebe dinheiro público e reúne muitas vezes até 500 pessoas em torno de livros e poesia. “Esse novo artista cidadão é engajado, elimina atravessadores, não precisa mais alguém filmar ou falar sobre a gente. Agora é o oprimido falando do opressor”, desafia.

O poder da arte, na sua opinião, faz com que o cidadão cobre onde foi aplicado o dinheiro dele ou volte a estudar ou queira contribuir para sua comunidade. Ainda que haja esses respiros, Sérgio vê uma anestesia cidadã em todas as classes sociais. “A população não reage, não despertou que o poder é seu. Tem que ir pra rua, se fortalecer, não acreditar em alguém mais que si mesmo”.

### ACESSO, COBRANÇA E CATARSE

O diretor do Centro de Tecnologia e Sociedade

da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas e diretor do Creative Commons Brasil, Ronaldo Lemos, pesquisou a apropriação da tecnologia pelas periferias. Conforme seu blog e apresentações no TEDx e CPFL Cultura, Lemos atesta que lan houses, celulares e câmeras digitais eliminaram intermediários no fazer cultural e criaram fenômenos de produção e acesso à cultura e à informação onde a carência era enorme e, portanto, impossíveis décadas atrás.

De acordo com sua tese, existem 108 mil lan houses no Brasil ante a 2.200 salas de cinema e 2.600 livrarias. Por ano, 400 CDs e 100 DVDs de **tecnobrega** são lançados fora do circuito oficial das gravadoras. Essa disseminação, além do estímulo direto à produção e ao acesso a bens culturais, também tem gerado uma participação e articulação política mais imediata e incisiva na vida pública do País.

Mês passado, um dia depois da substituição da ministra da Cultura Ana de Hollanda por Marta Suplicy, mais de 2 mil internautas identificados se uniram a pesquisadores, produtores e artistas para discutir o futuro do Minc em um debate transmitido ao vivo pela POSTV – um projeto nacional de *streaming* (transmissão ao vivo pela internet), pioneiro e colaborativo, baseado na interatividade e na liberdade total de formatos e de expressão.

Para as eleições, a POSTV criou a série “A Cidade Que Queremos”, colocando no centro do debate da disputa municipal a necessidade urgente de cidades mais justas, criativas, modernas, culturais, progressistas, livres e coletivas. Mais de 30 coletivos do **Fora do Eixo** se mobilizaram para promover *streamings* diários derivados dessa tese central, com âncoras em Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. (*mais sobre Fora do Eixo em Estalo à pág. 9*)

Sem contar a maré de diversos e lindos projetos relacionados à política que foram viabilizados por plataformas colaborativas por pura adesão popular. No Catarse, elencamos pelo menos dez: Cidadonos, Muda Cidade, Voto Como Vamos, Repolítica, Marcha da Maconha, Festival Baixo Centro, Que Ônibus Passa Aqui, Tellus Inspira, Cidades para Pessoas e Ônibus Hacker. Todos muito criativos e inovadores, o que vale uma conferida, ainda que seja como incentivo.



CAPA FORMAÇÃO

# Para (re)aprender a ser líder

Desde o Instituto Cajamar, dos idos do outro século, até a atualíssima plataforma digital Goára para o desenvolvimento local, os meios mudaram, mas não o fim: formar lideranças para o exercício de políticas de base **POR MAGALI CABRAL**

Nas palavras deixadas pelo filósofo e educador Paulo Freire, o Instituto Cajamar, do qual foi presidente de honra, “nasceu do desejo dos trabalhadores urbanos e rurais de tomar conta de sua própria formação política”. A Goára, por sua vez, “é uma rede que conecta pessoas de um mesmo território e fornece funcionalidades através das quais elas próprias podem gerir e transformar o espaço em que vivem”, define o idealizador da plataforma digital, o administrador Lucas de Abreu Pinto, de 25 anos. Duas iniciativas de formação política diferentes, mas nem tanto assim.

O Instituto Cajamar, que funcionou em uma chácara em município homônimo da Grande São Paulo, foi uma espécie de celeiro de quadros para o Partido dos Trabalhadores nos anos 1980 e 1990. Quase 3 mil pessoas ávidas por participação política, depois de 21 longos anos de ditadura militar, experimentaram seus cursos de

capacitação de dirigentes sindicais, lideranças populares, militantes partidários e monitores de formação política.

Vários desses ex-alunos exercem ou exerceram mandatos políticos e sindicais e, na época, propunham um jeito novo de atuação política, baseada no rigor ético das relações partidárias e na autonomia dos movimentos sociais em relação a governos e partidos, além de uma relação de igual para igual entre os saberes popular e acadêmico.

Mas essas águas passaram e perdeu-se a oportunidade de redesenhar o modelo político institucional brasileiro naquele momento. Agora, uma nova geração de lideranças, principalmente comunitárias, começa a demandar um tipo de formação política mais voltada para conceitos de cidadania, sustentabilidade e desenvolvimento local e na formulação, gestão e financiamento de políticas públicas.

Um sinal desse maior interesse vem da Escola de Governo, uma das mais antigas instituições de formação política cidadã em operação no País. Com dois cursos voltados para a cidadania ativa, um deles de graça, a escola tem deixado de atender semestralmente a um número quatro vezes superior à sua capacidade atual, de 80 alunos. A maior parte dessa demanda é composta por agentes comunitários e articuladores de movimentos sociais que querem ter mais conhecimento teórico para melhorar organização social em suas comunidades.

Fundada em 1991 por um grupo de acadêmicos da Universidade de São Paulo, entre os quais o jurista Fabio Konder Comparato e a socióloga Maria Victoria Benevides, a Escola de Governo teve uma repercussão tão abrangente que, no ano seguinte, foi preciso criar a Rede Brasileira de Formação de Governantes.

Hoje a escola está presente em nove outras cidades, sempre ligada às universidades locais, promovendo uma formação baseada em cinco pilares: desenvolvimento sustentável, defesa incondicional dos direitos humanos, respeito aos valores republicanos, democracia participativa e ética na política.

Até hoje 3,5 mil alunos se formaram na unidade paulista, entre eles o psicólogo Maurício Piragino, atual diretor – voluntário – da instituição. Além dos cursos, a Escola de Governo promove também algumas ações políticas não partidárias em parceria com a Rede Nossa

São Paulo, como a luta pela descentralização do poder por meio do fortalecimento das subprefeituras. “Nos parece claro que as subprefeituras deveriam ser um espaço de participação do cidadão”, observa ele.

## CAMPANHA POLÍTICA

Em 2013 deverá surgir uma nova iniciativa no campo da capacitação de líderes políticos, a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (Raps). O apoio virá do Instituto Arapyauá, uma organização voltada para a educação e o desenvolvimento sustentável, criada pelo empresário Guilherme Leal, fundador da Natura. O projeto, ainda em fase-piloto, pretende identificar, atrair e capacitar aspirantes ao mundo da política que pretendam desenvolver ações alinhadas à sustentabilidade.

Nessa proposta, o conteúdo terá um foco bem definido para um contexto eleitoral. Pretende-se abordar, por exemplo, todos os aspectos de uma campanha política. Por exemplo, como mobilizar eleitores, como se dirigir a eles, como fazer levantamento de fundos via redes sociais etc. Os eventuais participantes, segundo o diretor-executivo da Raps, Marcos Vinícius de Campos, poderão ser recrutados no mundo empresarial, estudantil, sindical, comunitário e mesmo entre os iniciados na política. “A questão central é que essas pessoas estejam alinhadas eticamente”, afirma. “Para isso estamos construindo um processo de governança muito rigoroso”, conclui, sem mais detalhes.

## MODELO VIRTUAL

“Goara”, sem o acento agudo, em tupi-guarani é uma referência aos que habitam a Terra por efeito da

própria vontade, ou seja, significa ter orgulho do lugar ao qual se pertence. Tudo a ver com a proposta da plataforma digital, cujo protótipo está em fase de testes no conjunto Palmas – uma comunidade na periferia de Fortaleza em estágio avançado de desenvolvimento local e com um forte histórico de inserções tecnológicas, entre elas a transferência financeira via celular para estimular o comércio local. (mais na reportagem “A solução está aqui”, edição 66)

A plataforma é uma nova mídia na qual os moradores de uma mesma comunidade poderão se interconectar e, em um primeiro momento, estabelecer laços afetivos. Para Lucas de Abreu, “a coisa mais importante da vida é o relacionamento interpessoal e a Goára quer abrir essa porta nas comunidades”. A partir desse estágio, a plataforma terá todos os ingredientes para operar também como um instrumento político com grande poder mobilizador. Ou seja, a Goára tem pretensões de ajudar as comunidades locais a entrar mais bem organizadas no jogo político, assumindo um papel mais ativo na luta por transformações.

O autor do projeto explica que, à medida que a complexidade das cidades aumenta, o poder constituído leva mais tempo para resolver menos problemas. Sendo assim, nada mais claro que as pessoas se empoderem no espaço em que vivem. Para isso, entretanto, precisam conhecer muito bem esses problemas e as soluções. A interconexão entre os moradores de uma mesma realidade será um facilitador de todo esse processo. Vencido o desafio de difundir a plataforma Goára Brasil adentro, “o céu é o limite para o que se poderá gerar em termos de desenvolvimento local”, diz. ■

# África possível

FOTOS E TEXTO JORGE NOVAIS, DO SENEGAL

**O** muito que ainda se retira e explora da África não parece fazer falta para o moleque roto, pé no chão, equilibrista de um sonho que alimenta sua alma infantil. Na escola, à beira do rio Senegal malcheiroso, o corpo cresce alegre.

Nas crianças, é nítida a esperança de um continente que ofereça tempos melhores a seu povo, nosso ponto de origem. Nelas, mora uma África possível.









# Era uma casa

# muito engraçada...

Enquanto outras maneiras de fazer política ganham corpo, o velho edifício em que o sistema tradicional opera exige reformas urgentes. No entanto, Congresso Nacional e movimentos sociais divergem sobre o que isso significa na prática **POR GISELE NEULS FOTOS AMANDA ABAD**

**D**esde a redemocratização, em 1985, os brasileiros foram às urnas 15 vezes para escolher seus representantes em eleições livres e diretas. Nessas três décadas, já aconteceu de tudo com seus escolhidos: anulação de eleições, cassação de mandatos, “mensalões”, cuecas recheadas de dinheiro do contribuinte, *impeachment* de presidente. Nascida sob o desejo de fortalecimento da democracia e da liberdade de pensamento, a Nova República veio com um sistema político recheado de distorções.

Parte delas é resquício da própria ditadura, ou mais precisamente do desejo de limpar o País de tudo o que foi feito durante os anos de chumbo. A liberdade de organização partidária, por exemplo, resultou na multiplicação de legendas de aluguel. Atualmente há 30 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), três deles criados nos últimos doze meses. O vaivém de filiados entre essas 30 legendas aponta para a quase ausência de diferenças entre os programas políticos de muitos deles e deixa o eleitor, no mínimo, confuso.

O enrosco no sistema político-eleitoral, proporcional ao número de legendas, expõe cada vez mais as fragilidades dessa imensa casa chamada genericamente de política, sempre a demandar reparos. A necessidade

de uma reforma política parece ser consenso, mas Congresso Nacional e movimentos sociais têm opiniões diferentes sobre o que essa expressão significa na prática. No Congresso, a discussão se concentra em reformas nas legislações eleitoral e partidária, abrangendo aspectos como eleições proporcionais, financiamento público de campanha, fidelidade partidária e cláusula de barreira. Para os movimentos sociais, a reforma extrapola a democracia representativa e alcança até o Poder Judiciário.

Nenhum destes temas é novo. Em 2003, já circulavam pela Câmara dos Deputados projetos de lei para cada um deles. No ano passado, Câmara e Senado criaram comissões para discutir os mesmos temas, cada uma no seu quadrado. O trabalho dobrado não deu em nada. “Deveria ter sido uma comissão mista, mas Sarney correu na frente e montou uma comissão de notáveis sem respaldo das bancadas”, aponta o cientista político David Fleischer, professor emérito da Universidade de Brasília.

Essa comissão tomou decisões arrojadas, como o fim da reeleição e o voto em lista fechada (*quadro à pág. 30*), mas ambas foram rejeitadas pela Comissão de Constituição e Justiça da mesma casa. Pedro Taques (PDT/MT), um dos senadores da comissão, reconhece o desperdício de energia. “Estamos reinventando a roda, o ideal seria ter comissões especiais mistas e consenso nas duas casas.

■ Também chamada cláusula de desempenho, constava na Lei 9.096/95 – Lei Orgânica dos Partidos –, e valeria para os mandatos conquistados nas eleições de 2006. Atualmente discute-se fixar o desempenho mínimo em 2%

Mas isso é da natureza do nosso bicameralismo, Câmara e Senado têm muitas equivalências entre si.”

### JOGO DE EMPURRA

No vácuo deixado pelo Poder Legislativo, o Judiciário tem assumido a tarefa de regular o jogo político-partidário. No final de 2006, o Supremo Tribunal Federal (STF) invalidou a **cláusula de barreira** ■. O dispositivo limitava o funcionamento parlamentar dos partidos que não atingissem 5% dos votos totais para deputados federal. Eles repartiriam entre si 1% do Fundo Partidário e não poderiam ter líderes de bancada nem participação em comissões. Nada menos que 22 partidos seriam barrados, nem todos legendas de aluguel – alguns com longa história, como o PCB, fundado em 1922. O STF entendeu que a cláusula era inconstitucional, submetendo os partidos a tratamento desigual.

Em 2007, foi a vez de o TSE decidir que as vagas na Câmara dos Deputados, Câmaras Municipais e Assembleias Estaduais pertencem aos partidos, uma vez que são definidas proporcionalmente à votação recebida por eles e suas coligações. A decisão provocou alvoroço, mas foi confirmada pelo STF. Por essas e várias outras, muitos

partidos reclamaram que o Judiciário está usurpando a competência do Legislativo. Mas, para David Fleischer, a choradeira é sem propósito. “Se temos um Legislativo que não quer se impor e precisa-se de uma norma, o Judiciário pode impor. Se o Legislativo não gostar, que reaja.”

Na opinião do estudioso, o sistema eleitoral e partidário precisa de ajustes que a princípio parecem simples, mas esbarram na cultura política personalista. O voto em lista fechada para deputados e vereadores, uma das demandas dos movimentos sociais, é um exemplo. Mesmo defendido por partidos grandes como o PT, o projeto não consegue aprovação. Igrejas convencem seus fiéis a votarem no pastor, sindicatos e grupos sociais votam em nomes que representem suas causas, policiais e militares tendem a votar em seus pares, o interior do País está cheio de redutos eleitorais de famílias tradicionais. Em nenhum desses casos vota-se no programa partidário. Esses deputados têm interesse em manter o voto nominal, diz Fleischer. Por isso a discussão não avança.

Já Humberto Dantas, também cientista político e professor no Instituto de Ensino e Pesquisa de São Paulo (Insper), não acredita que o personalismo seja o vilão. “A alma do sistema proporcional brasileiro é muito razoável.

## Obras necessárias

**Pelo menos três temas** são cruciais para corrigir as distorções da política eleitoral-partidária brasileira – e já foram objeto de vários projetos de lei na última década. Mas, por afetarem a sobrevivência de políticos populistas e o volume de recursos nas campanhas, enfrentam forte resistência no Congresso Nacional. Veja nesta e nas próximas páginas desta reportagem as propostas da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político e como as comissões sobre a reforma da Câmara e do Senado tratam cada uma delas.

### ELEIÇÕES PROPORCIONAIS

**Como é:** Sistema proporcional com lista aberta de candidatos a deputados e vereadores. As vagas são ocupadas pelos mais votados dentro de cada partido ou coligação, conforme o cálculo do coeficiente eleitoral (número de votos válidos divididos pelo número de vagas) e o coeficiente partidário (número de votos válidos dados a cada partido ou coligação divididos pelo coeficiente eleitoral).

**O problema:** Não há limite para o número de candidatos por partido, que disputam votos com seus colegas de legenda. A lista aberta destaca o político em detrimento da legenda e exige do candidato mais investimento em propaganda para conquistar o eleitor.

**Proposta da Plataforma:** Lista fechada (voto na legenda, que apresenta uma lista de candidatos), com alternância de sexo e observância de critérios étnico-raciais, geracionais e de orientação sexual, entre outros, de forma a garantir que as minorias nos partidos tenham chances de se eleger.

**Proposta da Câmara:** Lista flexível com dois votos, um na lista de um partido e outro em um candidato preferido pelo eleitor (sem vinculação obrigatória com a legenda escolhida no primeiro voto). É um misto entre listas aberta e fechada, em uma tentativa de vencer as resistências dos defensores do voto nominal. Metade das cadeiras obtidas pelo partido é preenchida por candidatos da lista e a outra metade pelos mais votados nominalmente. É criticada por tornar ainda mais complexa a

eleição, fazendo o eleitor votar duas vezes para deputados e vereadores.

**Proposta do Senado:** Lista fechada elaborada em convenção pelos partidos, com participação de 50% de mulheres e alternância de gênero na ordem. Significaria grande mudança na Câmara dos Deputados: dos 513 deputados em exercício, apenas 45 são mulheres. Foi rejeitada pela CCJ.

**A polêmica:** Críticos dizem que a lista fechada – principal alternativa proposta – tira do eleitor o voto direto e o afasta dos políticos, além de favorecer os “caciques” nos partidos, aumentando o poder de decidir a ordem prioridade para seus candidatos serem eleitos. Defensores alegam que é a única forma compatível com o financiamento público, pois limita o número de candidatos. ▶



## ► FINANCIAMENTO

**Como é:** Permite uso de recursos públicos, oriundos do Fundo Partidário, e privados, via doações de pessoas físicas ou jurídicas. Não há teto para os gastos de campanha.

**O problema:** Ao permitir doações corporativas, atrela candidatas a interesses de empresas que possuem negócios com o governo ou interesse em tê-los. Torna a campanha desigual, visto que os partidos com menor capacidade de captar do setor privado aparecem menos, sendo menos votados. A cada eleição, as campanhas ficam mais caras. Segundo dados do TSE, o gasto total das campanhas para presidente pulou de R\$ 94 milhões em 2002 para R\$ 590 milhões em 2010. Os 513 deputados eleitos há dois anos gastaram em média 12 vezes mais do que o restante dos candidatos não eleitos.

**Proposta da Plataforma:** Financiamento público exclusivo (sem doação de pessoa física ou jurídica) e limite de gastos por eleitor, não podendo os partidos usarem recursos de filiados ou do Fundo Partidário para os processos eleitorais. Doações de pessoas físicas e empresas são proibidas e sujeitas à punição, tanto para o candidato quanto para o doador.

**Proposta da Câmara:** Financiamento público exclusivo com criação do Fundo de Financiamento das Campanhas Eleitorais, administrado pelo TSE.

**Proposta do Senado:** Financiamento público exclusivo, mas deixou pendente a discussão sobre o teto para o financiamento. Foi rejeitada pela CCJ.

**A polêmica:** Os críticos dizem que os partidos com as maiores bancadas receberiam o maior aporte de recursos no sistema de financiamento público, mantendo a assimetria hoje existente. Seus defensores dizem que o teto de financiamento encurtará a distância relativa entre os partidos, tornando a disputa mais equilibrada. ►



É interessante poder votar em um candidato que represente um tema, uma causa”, reflete. Para ele, a distorção está nas coligações, que muitas vezes se desfazem no dia seguinte à eleição. “Não há nada errado em votar no **Tiririca** e ajudar a eleger o Valdemar Costa Neto. Em termos de grupo, ambos são do mesmo partido (PR/SP). O eleitor que se cuide e comece a perceber quem está dentro da legenda. A aberração é votar no Tiririca e levar junto o Protógenes Queiroz (PCdoB/SP).”

O fim das coligações nas eleições proporcionais é, por sinal, um dos poucos pontos em que deputados e senadores parecem concordar. É, também, uma das demandas dos movimentos sociais e ambas as comissões – da Câmara e do Senado – propuseram seu fim. A medida reverberaria na quantidade de legendas existentes, já que partidos nanicos seriam forçados a se fundir com outros maiores para ter mais que alguns segundos de propaganda eleitoral gratuita.

### REFORMAR O QUÊ?

Que a casa precisa de reparos e modernizações, todos concordam. Mas a extensão dessa reforma é outra conversa. Para as organizações reunidas na Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma Política, as mudanças não podem deixar de fora nem mesmo o Judiciário – e uma de suas demandas é que os juízes do TSE não sejam os mesmos de instâncias superiores, evitando que recursos contra suas decisões voltem a cair nas próprias mãos.

As propostas encaminhadas ao Congresso vão bem além dos pontos discutidos nas duas comissões do Congresso Nacional. Abrangem questões ainda mais delicadas para os partidos, como fim da imunidade parlamentar e do voto secreto no Legislativo, proibição de disputar novas eleições sem terminar os mandatos para o qual foram eleitos, impossibilidade de parlamentares assumirem cargos no Executivo no período do seu mandato, entre muitas outras.

O deputado Henrique Fontana (PT/RS), relator da comissão da reforma na Câmara, diz que as sugestões dos movimentos são relevantes, mas não há como discuti-las em bloco. “A necessidade de compor uma maioria que permita avançar em relação ao sistema atual faz com que sejamos mais econômicos na quantidade de mudanças que queremos fazer. Se quisermos reformar todo o sistema de uma só vez, a tendência é que o somatório das resistências impeça a votação da reforma.”

Se é fácil explicar por que a dita reforma não sai, talvez seja hora de fazer outra pergunta: adianta sair? “A lei pode ser mudada pelo homem, mas não vai mudar o caráter do homem”, reflete o senador Pedro Taques. Para ele, aprovar o financiamento público exclusivo é importante, mas por si só não evitaria o caixa 2, por exemplo. Humberto Dantas vai na mesma linha. “A motivação da

reforma é arrefecer o sentimento de que a política está associada à corrupção, como se a corrupção estivesse associada ao sistema. Se o Judiciário punisse com rigor os casos associados à corrupção, não precisaria de reforma”, diz o cientista político.

### REFORMA POLÍTICA PROCESSOS PARTICIPATIVOS

# Todo o poder emana do povo

Formas diretas e participativas de democracia têm sido responsáveis por grandes avanços, mas também precisam de aprimoramento **POR GISELE NEULS**

Impedir os fichas sujas de se candidatarem custou mais de um ano de campanha nacional e 1,3 milhão de assinaturas – 1% do eleitorado brasileiro. A aprovação da **Lei Ficha Limpa** no Congresso é considerada uma das grandes vitórias da democracia direta, mas o instrumento precisa de ajustes. Para a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma Política, é preciso que os projetos de iniciativa popular tenham prioridade na tramitação e votação no Legislativo, com previsão de trancamento de pauta e votação em caráter de urgência, para não repetir o que aconteceu com o Fundo Nacional de Habitação Popular, que levou 13 anos para ser aprovado.

A Constituição de 1988 garante várias formas de participação para a população: direta, por meio de plebiscitos, referendos e projetos de lei iniciativa popular; e participativa, por meio de conselhos e conferências. As formas diretas são pouco usadas e necessitam de ajustes, como o referendo do desarmamento em 2005 mostrou. Além da questão apresentada de forma **confusa**, a campanha permitia financiamento privado. A chamada Bancada da Bala arrecadou das empresas Taurus e Companhia Brasileira de Cartuchos mais de R\$ 5 milhões para a campanha a favor da venda de armas. A arrecadação da frente pelo desarmamento não chegou a R\$ 2 milhões.

O Orçamento Participativo (OP) de Porto Alegre é um dos exemplos mais emblemáticos tanto do poder quanto das fragilidades da democracia participativa. Nascido na primeira gestão do PT, em 1990, tornou-se referência internacional durante os 16 anos de gestão

Na eleição de 2010, Tiririca recebeu 1,3 milhão de votos, 6,35% dos votos válidos, ajudando a eleger outros três deputados. Seu Partido da República (PR) resulta da fusão entre o Partido Liberal (PL) e o Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona), do já falecido Enéas. Ele estava coligado com PRB, PT, PCdoB e PTdoB

Lei Complementar nº. 135/2010 torna inelegível por oito anos um candidato que for cassado, renunciar para evitar a cassação ou for condenado por decisão de órgão colegiado por crimes contra o patrimônio, entre outros

SIM, a favor da proibição; e NÃO, a favor da manutenção do comércio de armas de fogo

## ▶ COLIGAÇÕES

**Como é:** Partidos podem fazer coligações tanto para as eleições majoritárias (cargos executivos e senadores) quanto para as proporcionais. Afeta não só o coeficiente partidário, mas o tempo de propaganda gratuita. Um terço do horário eleitoral gratuito é dividido igualmente entre os partidos com candidatos. O restante é distribuído para as coligações proporcionalmente ao número de deputados federais de cada partido.

**O problema:** O eleitor não sabe quem seu voto ajudará a eleger, além de seu candidato.

**Obs.:** As propostas da Câmara se referem ao relatório do deputado Henrique Fontana (PR/RS), relator da Comissão Especial da Reforma Política, concluída em março e que não havia entrado em votação até o fechamento desta edição. A Comissão da Reforma do Senado encerrou suas discussões em abril. O que está aprovado seguirá para apreciação da Câmara, ao passo que as proposições rejeitadas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) foram arquivadas.

CONFIRA, NA VERSÃO DIGITAL DESTA REPORTAGEM EM [FGV.BR/CES/PAGINA22](http://FGV.BR/CES/PAGINA22), OUTROS PONTOS IMPORTANTES DA REFORMA POLÍTICA, COMO: CLÁUSULA DE BARREIRA, REELEIÇÃO, SUPLENÇA DE SENADOR, VOTO OBRIGATORIO E CANDIDATURAS AVULSAS

petista. Todos achavam que a efervescência popular em torno do OP asseguraria sua continuidade quando José Fogaça, então do PPS, assumiu a prefeitura, em 2005.

Não foi o que ocorreu. Márcia Ribeiro Dias, pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-RS, acredita que parte da explicação está na origem. “O OP foi um método de governo criado para implementar um projeto político de inversão de prioridades, favorecendo a população mais pobre”, explica.

Com a assinatura da participação popular, o Executivo garantia a aprovação no Legislativo, onde tinha minoria no primeiro mandato. Para a pesquisadora, o OP existiu porque havia vontade política de fazer a parceria com a participação, e tornou-se uma experiência robusta ao longo dos seus primeiros 16 anos.

A fragilidade, no entanto, parece estar no marco institucional. “O OP ajudou a institucionalizar a participação, diminuindo a capacidade de mobilização direta”, diz Daniela Tolfo, membro do conselho diretor da ONG Cidade – Centro de Assessoria e Estudos Urbanos, organização que acompanha o OP desde seu surgimento. “Precisava de asfalto, de semáforo, de escola, levava para essa esfera. O cidadão se acostumou a ver o governo resolver seu problema por ali, com muito menos conflito e mais garantia de solução.”

Além disso, o OP foi concebido como um instrumento autogestionário, ou seja, o processo de participação das pessoas sempre foi decidido dentro da própria estrutura

do OP, e não por lei. Embora a nova administração tenha mantido seu funcionamento, como prometido em campanha, conseguiu concentrar o poder de decisão nas mãos dos conselheiros, diminuindo o poder de interferência dos delegados, considerados as formiguinhas do processo, aqueles que recolhem as demandas da comunidade.

Mesmo assim, Daniela diz que o volume de participação nas assembleias não diminuiu, o que declinou foi o poder das pessoas da base. “Os problemas hoje são levados para o conselho, onde lideranças se cristalizaram de tal forma que se fecharam para a participação de novas pessoas e novas demandas”, critica Daniela.

Em um estudo [1] do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) sobre os conselhos locais de saúde da cidade de São Paulo, a pesquisadora Vera Schattam Coelho aponta como um fator-chave para o sucesso das experiências participativas o investimento das autoridades e instituições públicas no efeito demonstração, ou seja, o cidadão precisa ver sua participação se materializar em obras, ações e projetos em sua vida cotidiana.

Para que esses espaços funcionem como instrumentos de participação e controle social, é preciso não só cidadãos dispostos a participar, mas gestores comprometidos com o projeto de participação social. “Sem poder público engajado, o sujeito prefere não assumir os custos da participação”, completa Márcia Dias. [2]

[1] Disponível em [cebrap.org.br/v2/items/view/161](http://cebrap.org.br/v2/items/view/161)

Pode muito bem votar em um que defende a descriminalização do aborto, e ajudar a eleger outro da coligação contrário a essa ideia. Com tantos nanicos, muitos se coligam em busca de mais tempo no horário eleitoral e não por afinidade programática. Não há compromisso de continuidade da coligação após a eleição, portanto, não ajudam na formação de bancadas. É considerada uma das piores distorções do sistema eleitoral.

**Proposta da Plataforma:** Elimina as coligações nas eleições proporcionais. Mas, como defende o pluralismo partidário, propõe que os partidos possam se unir em federações para substituir as coligações, funcionando

como agremiação partidária, formada até quatro meses antes das eleições. Por pelo menos três anos, os federados agiriam como se fossem um único partido. Assim, os nanicos conseguiriam tempo extra no horário eleitoral, mas seriam obrigados a permanecer unidos depois de eleitos.

**Proposta da Câmara:** Elimina coligações para eleições proporcionais, mas admite a criação de federações.

**Proposta do Senado:** Elimina coligações para eleições proporcionais e não permite a formação de federações. Foi aprovada e deve ser encaminhada à Câmara para apreciação.

## [OPINIÃO]

**Acupuntura da paz** | Além da política de não violência, os princípios do autogoverno, autonomia e liberdade, e o da autossuficiência orientaram o então ministro Gilberto Gil a fazer um “*do-in* cultural, ativando pontos vitais da nação” **POR ALEXANDRA RESCHKE\***

O Parque do Ibirapuera, aldeia das árvores ancestrais em tupi-guarani, transformou-se, entre os dias 6 e 9 de setembro, em uma grande arena de diálogos, atividades artísticas, oficinas e ativismo em torno da Cultura de Paz. Estava acontecendo o III Festival Mundial da Paz, organizado pela Rede Unipaz, com a colaboração de inúmeros voluntários, totalizando 600 atividades que compartilharam saberes e experiências.

Tive a honra de mediar o Encontro Ahimsa – Paz e Não Violência, que contou com a participação de Lia Diskin, cofundadora da Associação Palas Athena, falando sobre os princípios da ação política gandhiana; de Hamilton Faria, poeta e coordenador do Pontão de Convivência e Cultura de Paz do Instituto Pólis, apresentando os resultados da pesquisa que realizaram em 240 Pontos de Cultura espalhados pelo País; de Daniel Hilário, com sua experiência como jovem agente cultural de Cidade Tiradentes, bairro da Zona Leste de São Paulo, e de José Augusto dos Santos, com a vivência de Ecologia Espiritual da Ordem Rosa Cruz. De algum lugar, todos eles buscando trazer para a vida cotidiana os princípios éticos que os inspiram.

Quando Lia falou sobre a política de ação de Gandhi, foi interessante reconhecer que havia uma predisposição e um estado de consciência coletiva na Índia para que aquelas ações viessem a fomentar, digamos assim, toda a série de profundas mudanças que aconteceram.

Além do princípio Ahimsa da política gandhiana – da não violência –, destaco aqui outros dois: o princípio Swaraj, do autogoverno, autonomia e liberdade, e o Princípio da Autossuficiência, que naquele contexto era voltado para a construção de aldeias autossuficientes, sustentáveis. São esses os princípios que também vamos encontrar na orientação do então ministro da Cultura, Gilberto Gil, quando visualizou a importância estratégica de “fazer um *do-in*



cultural, ativando os pontos vitais da nação”, por meio do programa Pontos de Cultura.

**AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO**

A meu ver, em ambos os contextos existiam inúmeras vozes ocultas prontas para se fazerem ouvir e serem agentes da transformação da sua própria realidade. No caso dos Pontos de Cultura, são vozes principalmente de jovens de baixa renda, além de grupos dos centros urbanos e pequenos municípios, em situação de vulnerabilidade social, estudantes e professores do ensino público, comunidades indígenas, rurais e remanescentes de quilombos, agentes culturais envolvidos com mudanças ligados a redes e comunidades e, claro, artistas e mestres da cultura popular.

A pesquisa realizada pelo Pontão de Convivência, citada por Hamilton, mostrou que 83% dos jovens entrevistados já se empenharam em ações de promoção da paz e/ou possuem atividades para lidar com a violência, dos quais 77,5% deles já realizaram trabalhos para o combate à violência e à exclusão social e 57,5% lidam com o conflito e a violência no dia a dia por meio do diálogo, especialmente intercultural, intergeracional e voltado para a promoção da paz.

Daniel Hilário foi a voz viva da força que se move a partir desse ponto de acupuntura ativado de baixo para cima, ou, melhor

dizendo, do seu território para outros por meio das redes que também passaram a se formar pelos Pontões de Cultura e entre estes, em todo o País, tecendo uma grande teia. Ele trouxe a sua rica e densa experiência em Cidade Tiradentes, contando que, no princípio, as inúmeras famílias que foram transferidas das favelas para esse grande conjunto habitacional da Zona Leste paulistana tinham uma relação de maior solidariedade, a qual, ao longo dos anos, foi se perdendo e dando lugar ao isolamento, ao medo e à violência.

Foram os jovens que iniciaram um importante movimento reivindicando espaços de lazer, esporte e cultura, que aos poucos foram sendo conquistados, transformando as relações e resgatando o sentimento de pertencimento e solidariedade.

Em um tempo acelerado pelo dinamismo de um crescimento sem limites, Daniel aponta como desafio da convivência a desaceleração do tempo para que possamos recuperar a gentileza e o bem-estar de estar juntos. A pesquisa, por sua vez, reforça a importância dos espaços de diálogo, seja por meio das manifestações culturais, oficinas, ou mesmo de celebrações em que a diversidade possa ser reconhecida como um valor. Em ambos os casos existem evidências quanto à redução dos índices de violência.

Quando Gandhi disse que cada um deve ser a mudança que quer ver no mundo, não fechou os olhos para as necessárias mudanças estruturais na sociedade, principalmente no que diz respeito à democracia e ao modelo de desenvolvimento. Esses temas estiveram presentes nesta mesa de diálogo e em todo o Festival da Paz. Mas precisamos reconhecer que a paz começa realmente em cada um de nós e é consequência das nossas atitudes. Que possamos ser agulhas vivas de acupuntura da paz onde quer que estejamos.

\* ARQUITETA URBANISTA, É SECRETÁRIA-EXECUTIVA DO INSTITUTO DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE (IDS)



Um número crescente de fóruns, organizações e voluntários, com o uso de ferramentas tecnológicas, amplia o cerco aos políticos por meio do monitoramento e contribui para o fortalecimento da democracia

POR THAÍS HERRERO

A função do eleitor é comparecer às urnas e votar em seu candidato a cada fim de mandato. No entanto, a atuação do cidadão também acontece no período da entressafra eleitoral, quando deve fiscalizar o trabalho dos políticos, denunciar os que não cumprem com o dever e destacar aqueles que honram o mandato. É para isso que estão em ação grupos de fiscalizadores que atuam em nível nacional ou municipal acompanhando a agenda política, os gastos públicos e outros dados disponíveis na internet. O importante é deixar claro aos governantes que há gente de olhos bem abertos.

“Os políticos respeitam o nosso trabalho, porque eles

podem até discordar de nossa opinião, mas não podem discordar dos dados que eles mesmos fornecem”, diz Luiz Mario Behnken, economista e presidente do Instituto Mais Democracia (IMD), que acompanha gastos de governos e empresas públicas como o BNDES (*leia mais no quadro à pág. 46*).

A entidade mais conhecida e influente pelo seu trabalho de fiscalização política é a Transparência Brasil. Com o foco no combate à corrupção, a organização acompanha notícias, levanta a vida pública de parlamentares e publica relatórios com ampla repercussão na mídia. Foi responsável, por exemplo, pelo projeto da **Lei de Acesso à Informação** e, de forma indireta, pela **Lei Ficha Limpa**.

Em vigor desde maio, a lei obriga órgãos públicos a fornecer informações sobre suas atividades a qualquer solicitante

A Lei Complementar nº. 135/2010 originou-se de um projeto de lei de iniciativa popular que reuniu 1,3 milhão de assinaturas. Torna inelegível por 8 anos o candidato que tiver o mandato cassado, renunciar para evitar a cassação ou for condenado em segunda instância

Desde 2006, o projeto Excelências, da Transparência Brasil, divulga o histórico da vida pública, declarações de bens, padrões de financiamento eleitoral e frequência ao trabalho de todos os parlamentares federais e estaduais. Também traz notícias sobre corrupção, processos e multas que os envolvem.

“Antes de 2006, não havia menções na mídia ao fato de parlamentares em mandato responderem a processos na Justiça”, lembra Claudio Weber Abramo, diretor-executivo da Transparência Brasil. “Nosso projeto publicou pela primeira vez exaustiva e sistematicamente os processos a que políticos respondiam e pautou o assunto na sociedade, até culminar na Lei da Ficha Limpa.”

Na Transparência Brasil, atuam profissionais formados para entender dados técnicos e complexos. Mas há organizações com fiscalizadores das mais variadas formações, como o Movimento Voto Consciente (MVC), de São Paulo. Um grupo de 25 voluntários de 20 a 70 anos, com donas de casa e publicitários, entre outros

perfis profissionais, acompanha os trabalhos da Câmara Municipal da capital paulista e da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Além de comparecer a reuniões de comissões e audiências, esses fiscalizadores elaboram relatórios e levantamentos de dados que resultam em comunicados para a imprensa. Hoje, o trabalho do MVC já é tão conhecido que os próprios políticos convidam seus participantes para encontros e para prestar informações.

Situado em Brasília, mas com alcance nacional, o Instituto Fiscalização e Controle (IFC), além de monitorar os gastos, tem programas de educação e conscientização política, como a Auditoria Cívica na Saúde, com apoio da Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde (Ampasa). Municípios recebem aulas gratuitas por três dias sobre auditoria para ir a hospitais e postos de saúde. A equipe do IFC propõe um cronograma com metas, indicadores e ações. O público em geral é formado por usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) ou representantes de associações da sociedade civil.

O trabalho do Movimento Voto Consciente já é tão conhecido que os próprios políticos prestam informação a seus participantes

## Indicadores e metas: como usá-los de forma sistêmica?

Tão importantes quanto rankings e notas para efetuar um diagnóstico político são os indicadores. Esses números caracterizam uma região, mapeiam problemas, demandas e a oferta de serviços públicos. Também servem para avaliar gestões e resultados. São, portanto, fundamentais para que os governantes possam planejar seu trabalho e tomar decisões.

No Brasil, há dados espalhados por várias instituições, produzidos com metodologias distintas. Isso dificulta a organização de um panorama completo da sociedade brasileira. Entender os dados em conjunto, de forma sistêmica, é um desafio.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mantém o maior banco de dados socioeconômicos do País, esforça-se para unificar as informações nacionais. Nilson Brizoti, mestre em políticas públicas da FGV Projetos, e mais três mestrandos estudaram a adesão e a criação de indicadores em municípios de até 50 mil habitantes no estado de São Paulo (que representam 80% do total de cidades). Uma das conclusões é que, como os dados estão dispersos, a maioria dos prefeitos não os utiliza no planejamento de sua gestão.

Como são cidades pequenas, os governantes acham que a conhecem só pela vivência e ignoram a formulação de dados oficiais. “Muitos prefeitos se valem de pesquisas de opinião e satisfação com a população. Isso é importante também, mas eles não utilizam esses dados depois, nem os cruzam com outros indicadores”, afirma Brizoti.

“Indicadores são importantes tanto para que a sociedade acompanhe a gestão de seus candidatos eleitos quanto para que governantes comparem sua gestão com a de seus antecessores e até com a de outras cidades”, diz.



## JOGO DE GATO E RATO

“A busca de informações públicas é um jogo de gato e rato”, diz Luiz Mario Behnken. Além de presidir o IMD, ele faz parte do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro, entidade focada em acompanhar os gastos públicos do município.

O trabalho é minucioso e demanda paciência e perícia. “Até a falta de dados é uma informação e é possível trabalhar com isso”, diz Behnken. Segundo ele, a prefeitura da capital fluminense na gestão atual de Eduardo Paes tem uma política de remanejar verbas que dificulta o trabalho de monitoramento. Por exemplo: “O dinheiro é destinado ‘em bloco’. É como se a quantia que deveria ser usada separadamente na compra de remédios e em obras fosse somada e transferida para novos ônibus e material escolar.” O problema, segundo Behnken, é que, sem conhecer os valores exatos realocados, não é possível saber o que o prefeito está priorizando em sua gestão.

Nem sempre foi assim. Há 16 anos, quando as contas eram remanejadas de forma direta (de um determinado projeto para outro), o Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro identificou um remanejamento que colidia com os interesses sociais. “Era 1996 e a região de Jacarepaguá tinha sido atingida por chuvas intensas que causaram desabamentos e destruíram casas e ruas. Havia uma verba destinada à reurbanização do local, só que o então prefeito a desviou para obras na Avenida Brasil. Denunciamos na mídia aquela falta de sensibilidade e a verba retornou para as reformas dos estragos”.

Se já é tão difícil acompanhar os gastos públicos e a agenda política oficial, o trabalho investigativo não cabe a esse tipo de organização. “Sabemos que um dado oficial, como o orçamento, não é um fim em si mesmo, mas não fazemos da fiscalização orçamentária uma bandeira contra a corrupção. Não temos como investigar a origem da verba. Apenas trabalhamos com o que nos é apresentado”, assinala Behnken.

Cabe a essas organizações, então, oferecer subsídios à imprensa e a outras organizações, como sindicatos. Em junho deste ano, fundamentado em dados oficiais, o Fórum levou à imprensa a informação de que até 2017 a dívida da prefeitura do Rio de Janeiro ficará cerca de 4 vezes maior. Em reportagem publicada pelo jornal *O Globo*, a prefeitura acabou admitindo que a informação procedia. ([leia mais em lo.bo/Qk8O0u](http://lo.bo/Qk8O0u))

## ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA

Como a Lei de Acesso à Informação veio mostrar, só existe fiscalização onde há disponibilidade de dados. Por isso, o programa Adote um Distrital, do IFC, acompanha



## Plataforma BNDES: em busca de transparência

**Há gente de olho nas atividades** do maior instituição financeira do Brasil: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Várias organizações, como o Instituto Mais Democracia (IMD), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a ONG Repórter Brasil, formam a Plataforma BNDES, que monitora o banco. O objetivo é tornar suas atividades mais transparentes.

A estratégia da Plataforma baseia-se no diálogo com a presidência do BNDES e na produção e disseminação de informações sobre os programas de investimento e financiamento do banco. Eles requerem, por exemplo, detalhamento de contratos firmados.

Dias depois do início da vigência da Lei de Acesso à Informação, em maio, o BNDES recebeu um pedido para que disponibilizasse uma série de informações, como a carteira de projetos privados contratados, a governança interna do banco e a atuação no exterior. Em setembro deste ano, a Plataforma obteve sua primeira vitória: o banco se comprometeu a divulgar a carteira de projetos financiados em seu site.

“Queremos corresponsabilizar o banco por seus empréstimos. Quando ele financia um projeto que se utiliza de mão de obra escrava ou degrada o meio ambiente, é o nosso dinheiro que está sendo usado”, diz Luiz Mario Behnken, economista e presidente do IMD.

a Câmara Legislativa do Distrito Federal, e criou este ano o “Índice de Transparência Parlamentar”.

No site de cada deputado distrital foi analisada a existência de dados específicos. No primeiro levantamento, os resultados foram insatisfatórios. A internet era mais usada para autopromoção do que para divulgar dados de interesse público.


A equipe do Adote promoveu debates com os políticos para discutir o que era um parlamentar transparente e ouvir a opinião deles sobre a proposta do Índice. Três meses depois, na segunda checagem, as notas subiram. Um dos parlamentares passou de 0,5 para 8,8, porque mobilizou seu gabinete para colocar o máximo de dados online. “A média foi 7, mas queremos alcançar 9”, diz Diego Ramalho, idealizador do Adote um Distrital.

“Parlamentar transparente é diferente de parlamentar honesto. Não queremos simplesmente apontar quem é corrupto. Queremos que o parlamentar trabalhe com qualidade”, explica.

O Movimento Voto Consciente também faz periodicamente um ranking com os vereadores (desde 2004) e deputados estaduais (desde 2006) de São Paulo. A lista mais recente com a avaliação dos vereadores foi lançada em agosto no embalo das eleições de outubro, para que os eleitores saibam como tem sido a atuação de quem elegeram há 4 anos ([acesse em votoconsciente.org.br](http://acesseemvotoconsciente.org.br)). Todos os anos os vereadores recebem uma carta do movimento lembrando que estão sob avaliação.

Marina Barros, uma das diretoras da organização, conta que há até vereadores que dão sugestões para a melhoria do trabalho. “Um vereador sugeriu que fizéssemos um ranking com a lista dos melhores vereadores segundo eles mesmos para que tivessem uma opinião de dentro de casa”, diz. Segundo ela, também há o grupo dos que contestam e outros que ignoram o MVC.

Para Claudio Weber Abramo, da Transparência Brasil, é inegável que a transparência política esteja aumentando no País. Luis Mario Behnken lembra que 10 anos atrás não havia a disponibilidade de dados oficiais que vemos atualmente e que a internet aproximou todos nós do que acontece nas esferas de governo (*mais sobre o impacto positivo da tecnologia da informação em Entrevista à pág. 16*).

“Só o fato de haver informações oficiais disponíveis a qualquer pessoa já causa um certo constrangimento aos políticos”, diz Behnken. “Todo cidadão tem o direito de acessar dados oficiais. E esse é o primeiro passo para a participação na política e um caminho para a luta pela distribuição de renda e pelo fim desigualdade social”, diz. 

# [COLUNA]



**Amar sem freio nem direção** Bastava um automóvel entrar no jogo da sedução para que ela mandasse embora qualquer um, sem nem anotar a placa **POR EDUARDO SHOR\***

Carolina quis terminar com Pedro logo que o viu pela janela. Em casa, o seu pai, sentado na poltrona do estofado de couro e fumando cachimbo, não quis se intrometer. A mãe teve pena do garoto. “Mal se conheceram, é a primeira vez que vão sair e você não vai dar nem outra chance, minha filha?”

Não, não e não. Foi assim mesmo, em três negativas, que Carolina respondeu quando Pedro ligou no celular avisando que tinha acabado de chegar ao prédio, tendo as entradas para o teatro das 8 da noite em mãos. “Diga que não estou”, sugeriu a menina à mãe, que atendeu ao telefone. Pensando que a decisão pudesse ter sido precipitada, porém, dona Carla pediu para o garoto aguardar na portaria do prédio.

A razão de Carolina dispensar o pretendente era uma só: ele foi buscá-la de carro. Não foi o primeiro que pecou, digamos, pelo excesso de gasolina.

Houve pelo menos outra dúzia de casos em que a bela jovem partiu um coração ao volante. No mês passado, por exemplo, abandonou o carro de madrugada em

plena Avenida Paulista e deixou o Don Juan da faculdade argumentando diante de um guarda da Blitz da Lei Seca. O rapaz acabou multado no Detran e no amor, pois ela voltou para casa de ônibus e cortou as relações com ele.

Carolina gostava de ganhar flores, caixas de bombom e perfumes. Agradavam-lhe até os cavalheiros à moda antiga, que escreviam poemas rebuscados e puxavam a cadeira dos restaurantes para a dama sentar.

Mas bastava um automóvel entrar no jogo da sedução para que ela mandasse embora qualquer um, sem nem anotar a placa. “Onde já se viu!? Não vai ser esse tipo de garoto que vai estacionar os lábios nos meus”, comentava com as amigas.

Assim os amores iam ficando pela beira da estrada. Os pretendentes não entendiam muito bem o porquê, continuando suas vidas por aí, a 60 ou 80 por hora.

Carolina, de outro modo, sonhava com aqueles que a levariam ao cinema a pé. Que chegassem à sua casa de ônibus, bicicleta ou metrô, reduzindo o gás carbônico em seus pulmões, os engarrafamentos, a

quantidade de veículos estacionados nos shopping centers, os cruzamentos fechados, os xingamentos no trânsito, as horas perdidas no tráfego lento da cidade.

Entre as baforadas do pai, que agora também lia o jornal enquanto prestava atenção ao que a filha falava, Carolina explicou seu pensamento à mãe. “Eu não espero um príncipe encantado sobre um cavalo. Mas até se chegasse no lombo de um jumento eu ficaria mais feliz do que dentro de um carro”, disse a menina.

Pedro não cansou de esperar. Encontrou uma vaga em local seguro e teve paciência. Depois de 40 minutos diante do prédio, pediu uma pizza no *delivery* e aguardou no próprio automóvel.

Deitou um pouco o banco, ligou um jazz no rádio para relaxar, abriu o teto solar para receber um vento e ficou vendo a vida passar pelo retrovisor.

Acordou com a manhã de segunda-feira incomodando as vistas e um flanelinha cobrando 5 reais.

 JORNALISTA





## Campos **modificados**

São relevantes os argumentos que sustentam a utilização da biotecnologia na agricultura: a conservação do meio ambiente, o aumento da produção para combater a fome e a redução dos custos da produção. Em cada um desses eixos um enorme esforço é feito pelas indústrias deste setor para demonstrar como os transgênicos (OGM) geram resultados positivos, e que não há risco para o meio ambiente e, em particular, para o consumo pelos seres humanos. Estudos favoráveis ao uso dos OGM são, contudo, constantemente contestados nas mais diversas frentes – de reducionismo científico a posicionamento antiético com o consumidor. Nesse balaio, só não nos faltarão perguntas a fazer. **POR LETICIA FREIRE** (TRECHO DE ANOTAÇÕES PESSOAIS DURANTE VIAGEM À SEDE DA MONSANTO, NOS EUA) **zzz**

# Nada escapa a um olhar atento

Seja visto por aqueles que formam opinião e tomam decisões

# Anuncie

PÁGINA **22**

11 3284-0754 • [fgv.br/ces/pagina22](http://fgv.br/ces/pagina22) • [comercial@pagina22.com.br](mailto:comercial@pagina22.com.br)

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

# Aprendemos sobre ciência. Aprendemos sobre pessoas.

Reconhecer que somos todos interdependentes e valorizar a diversidade das relações é uma prática da Natura desde a sua fundação. É o que inspira o Natura Campus, um programa de inovação aberta e colaborativa, que integra pesquisadores, cientistas e empresas em torno de um mesmo objetivo: ampliar e difundir a excelência do pensamento humano. Colaboração em redes é o que o mundo começa a buscar. É a Natura desde sempre. [www.naturacampus.com.br](http://www.naturacampus.com.br)

Registro de pesquisa realizada em parceria entre a Natura e o Instituto Agronômico de Campinas - IAC.